

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	11
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	12
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	13

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	79
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	82
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	83
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	84

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	818.607
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>818.607</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Proposta	23/03/2017	Dividendo		Ordinária		0,05093

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	833.151	764.341	586.810
1.01	Ativo Circulante	350.276	278.115	534.817
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.851	51.414	19.882
1.01.02	Aplicações Financeiras	65.828	37.240	164
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	65.828	37.240	164
1.01.03	Contas a Receber	100.983	99.513	60.975
1.01.03.01	Clientes	100.983	99.513	60.975
1.01.04	Estoques	1.091	859	863
1.01.06	Tributos a Recuperar	24.232	19.586	19.428
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	24.232	19.586	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	82.291	69.503	433.505
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	433.505
1.01.08.01.02	Baixa renda e outros créditos	0	0	51.784
1.01.08.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	19.681
1.01.08.01.04	Contas a receber da concessão	0	0	329.497
1.01.08.01.05	Ativo financeiro setorial	0	0	32.543
1.01.08.03	Outros	82.291	69.503	0
1.01.08.03.02	Baixa renda e outros créditos	35.142	29.386	0
1.01.08.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.924	1.743	0
1.01.08.03.05	Ativo financeiro setorial	35.225	38.374	0
1.02	Ativo Não Circulante	482.875	486.226	51.993
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	79.583	101.948	42.615
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.447	1.160	954
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.447	1.160	954
1.02.01.03	Contas a Receber	21.261	19.353	20.147
1.02.01.03.01	Clientes	21.261	19.353	20.147
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	56.875	81.435	21.514
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	6.381	6.370	7.443
1.02.01.09.05	Créditos tributários	23.116	8.894	10.274

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	4.306	3.784	1.785
1.02.01.09.07	Contas a receber da concessão	12.075	9.091	0
1.02.01.09.08	Instrumentos financeiros derivativos	4.174	39.397	1.875
1.02.01.09.09	Ativo financeiro setorial	6.686	13.762	0
1.02.01.09.10	Outros	137	137	137
1.02.02	Investimentos	3.114	1.631	1.658
1.02.02.01	Participações Societárias	3.114	1.631	1.658
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	3.114	1.631	1.658
1.02.03	Imobilizado	6.310	6.981	6.502
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.310	6.981	6.502
1.02.04	Intangível	393.868	375.666	1.218
1.02.04.01	Intangíveis	393.868	375.666	1.218

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	833.151	764.341	586.810
2.01	Passivo Circulante	311.529	257.981	377.277
2.01.02	Fornecedores	52.789	51.867	44.944
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	134.935	97.613	243.200
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	134.935	97.613	243.200
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.491	85.112	87.771
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	112.444	12.501	155.429
2.01.05	Outras Obrigações	123.805	108.501	89.133
2.01.05.02	Outros	123.805	108.501	89.133
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	6.062	4.143	3.619
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	0	0	529
2.01.05.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	898	633	301
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	3.152	3.194	2.973
2.01.05.02.09	Tributos e contribuições sociais	23.124	22.765	20.683
2.01.05.02.10	Dividendos a pagar	1.043	5.926	18.758
2.01.05.02.11	Passivos financeiro setorial	31.132	22.323	22.075
2.01.05.02.12	Taxa de iluminação pública	2.157	1.705	1.302
2.01.05.02.13	Encargos setoriais	17.981	24.628	7.427
2.01.05.02.14	Instrumentos financeiros derivativos	27.418	9.877	0
2.01.05.02.15	Outras contas a pagar	10.838	13.307	11.466
2.02	Passivo Não Circulante	253.837	308.176	118.280
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	192.550	258.848	98.212
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	192.550	258.848	98.212
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	72.893	90.654	54.518
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	119.657	168.194	43.694
2.02.02	Outras Obrigações	61.287	49.328	20.068
2.02.02.02	Outros	61.287	49.328	20.068
2.02.02.02.03	Fornecedores	744	744	744
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	32.924	25.843	9.620

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2.02.02.02.06	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11.627	11.475	5.998
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	3.577	1.743	1.631
2.02.02.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	923	1.773	0
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	1.403	1.373	1.260
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro Setorial	8.593	5.733	0
2.02.02.02.11	Encargos setoriais	1.496	644	815
2.03	Patrimônio Líquido	267.785	198.184	91.253
2.03.01	Capital Social Realizado	228.428	107.828	44.171
2.03.02	Reservas de Capital	7.921	43.521	17.782
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	35.600	9.861
2.03.02.08	Reserva de capital	7.921	7.921	7.921
2.03.04	Reservas de Lucros	32.391	46.822	29.193
2.03.04.01	Reserva Legal	10.300	10.081	8.833
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	18.964	18.964	18.964
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	3.127	17.777	1.396
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-955	13	107

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	567.389	617.993	498.770
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-464.476	-476.014	-372.482
3.03	Resultado Bruto	102.913	141.979	126.288
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-71.017	-63.445	-57.435
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-67.513	-60.276	-54.190
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.287	2.733	4.417
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.791	-5.902	-7.662
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	31.896	78.534	68.853
3.06	Resultado Financeiro	-25.050	-48.443	-33.680
3.06.01	Receitas Financeiras	36.575	14.701	9.338
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.625	-63.144	-43.018
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.846	30.091	35.173
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.457	-5.140	-12.143
3.08.01	Corrente	-16.181	-3.760	-5.204
3.08.02	Diferido	13.724	-1.380	-6.939
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.389	24.951	23.030
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.389	24.951	23.030
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	7.80000	52,28000	51,10000
3.99.01.01	ON			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	7.80000	52,28000	51,10000
3.99.02.01	ON			



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	4.389	24.951	23.030
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-968	-94	225
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.421	24.857	23.255

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65.856	100.110	33.554
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	73.450	82.255	16.485
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	4.389	24.951	23.030
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	2.457	5.140	12.143
6.01.01.03	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	-23.690	101.060	-19.926
6.01.01.04	Depreciação e amortização	31.129	25.832	19.357
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.821	1.627	1.029
6.01.01.06	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-605	4.776	-83
6.01.01.07	Marcação a mercado da dívida	6.371	-2.374	0
6.01.01.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	56.566	-63.577	-16.815
6.01.01.09	Perda (ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	1.725	3.272	3.245
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	-4.318	1.626	2.143
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-3.395	-20.078	-7.638
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.594	17.855	17.069
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-6.199	-31.206	-5.114
6.01.02.03	(Aumento) diminuição de estoques	-232	4	-47
6.01.02.04	(Aumento) de impostos a recuperar	-1.183	-862	-8.015
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-522	-1.999	-151
6.01.02.06	Diminuição (aumento) de ativo financeiro setorial	51.770	-18.761	32.543
6.01.02.07	(Aumento) diminuição de outros créditos	-8.964	21.346	-31.586
6.01.02.08	(Diminuição) aumento de fornecedores	-92	7.175	11.599
6.01.02.09	Aumento de tributos e contribuições sociais	1.301	16.389	-701
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-10.394	0	-6.738
6.01.02.11	(Diminuição) aumento de obrigações estimadas	-42	221	489
6.01.02.12	(Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher	-6.645	19.264	263
6.01.02.13	(Diminuição) aumento de passivo financeiro setorial	-26.021	5.859	22.075
6.01.02.14	(Diminuição) Aumento de outras contas a pagar	-371	425	2.452
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-65.031	-94.205	-3.876
6.02.02	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-17.650	-34.041	32.631

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.02.04	Aplicações no intangível e imobilizado	-51.793	-62.897	-40.924
6.02.05	Alienação de bens do imobilizado e intangível	4.412	2.733	4.417
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.612	25.627	-21.211
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos	94.365	255.059	140.345
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	-95.388	-328.122	-173.169
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-22.673	-24.040	-21.192
6.03.04	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-13.989	54.017	24.411
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-23.703	-5.758	0
6.03.06	Pagamento de parcelamento de impostos	0	-529	-1.467
6.03.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	85.000	75.000	9.861
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	24.437	31.532	8.467
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.414	19.882	11.415
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.851	51.414	19.882

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	107.828	43.521	46.822	0	13	198.184
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	107.828	43.521	46.822	0	13	198.184
5.04	Transações de Capital com os Sócios	120.600	-35.600	-14.650	-4.170	0	66.180
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.043	0	-1.043
5.04.09	Pagamento dividendos adicionais de 2015	0	0	-17.777	0	0	-17.777
5.04.10	Aumento de capital conforme AGE de 26/04/2016	35.600	-35.600	0	0	0	0
5.04.11	Aumento de capital conforme RCA de 22/09/2016	85.000	0	0	0	0	85.000
5.04.12	Dividendos adicionais de 2016	0	0	3.127	-3.127	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.389	-968	3.421
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.389	0	4.389
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-968	-968
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	219	-219	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	219	-219	0	0
5.07	Saldos Finais	228.428	7.921	32.391	0	-955	267.785

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	17.782	29.193	0	107	91.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	17.782	29.193	0	107	91.253
5.04	Transações de Capital com os Sócios	63.657	25.739	16.381	-23.703	0	82.074
5.04.01	Aumentos de Capital	63.657	-63.657	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.926	0	-5.926
5.04.08	Pagamento dividendos 2014	0	0	-1.396	0	0	-1.396
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	17.777	-17.777	0	0
5.04.10	Recursos destinados a futuro aumento de capital	0	89.396	0	0	0	89.396
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.951	-94	24.857
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.951	0	24.951
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-94	-94
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.248	-1.248	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.248	-1.248	0	0
5.07	Saldos Finais	107.828	43.521	46.822	0	13	198.184

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	11.921	0	-118	63.895
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	11.921	0	-118	63.895
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.861	0	-5.758	0	4.103
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-5.758	0	-5.758
5.04.08	Recursos destinados a futuro aumento de capital	0	9.861	0	0	0	9.861
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.030	225	23.255
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.030	0	23.030
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	225	225
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.272	-17.272	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.272	-17.272	0	0
5.07	Saldos Finais	44.171	17.782	29.193	0	107	91.253

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	946.233	1.014.063	696.841
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	894.651	943.890	651.034
7.01.02	Outras Receitas	2.287	2.733	4.417
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	52.116	69.067	42.419
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.821	-1.627	-1.029
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-488.906	-503.275	-397.929
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-353.400	-350.561	-279.412
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-73.531	-68.096	-63.750
7.02.04	Outros	-61.975	-84.618	-54.767
7.03	Valor Adicionado Bruto	457.327	510.788	298.912
7.04	Retenções	-31.129	-25.832	-19.357
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.129	-25.832	-19.357
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	426.198	484.956	279.555
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.630	15.714	9.338
7.06.02	Receitas Financeiras	38.630	15.714	9.338
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	464.828	500.670	288.893
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	464.828	500.670	288.893
7.08.01	Pessoal	40.008	34.710	34.781
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.278	22.562	25.465
7.08.01.02	Benefícios	8.813	10.145	7.544
7.08.01.03	F. G. T. S.	1.917	2.003	1.772
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	356.979	374.528	186.077
7.08.02.01	Federais	150.105	195.865	63.592
7.08.02.02	Estaduais	206.657	178.459	122.261
7.08.02.03	Municipais	217	204	224
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	63.452	66.481	45.005
7.08.03.01	Juros	62.565	65.243	43.994
7.08.03.02	Aluguéis	887	1.238	1.011
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.043	5.926	5.758

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.08.04.02	Dividendos	1.043	5.926	5.758
7.08.05	Outros	3.346	19.025	17.272
7.08.05.03	Reserva Legal	219	1.248	0
7.08.05.05	Dividendos adicional proposto	3.127	17.777	17.272



## Relatório da Administração

### Relatório da Administração

A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Gerais” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2016, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2017.

#### 1 Considerações gerais

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 438 mil consumidores e uma população de aproximadamente um milhão de habitantes em 65 municípios do estado de Minas Gerais e um no estado do Rio de Janeiro.

A Energisa Minas Gerais foi uma das finalistas do Prêmio Abradee 2016 nas categorias “Responsabilidade Social” e Nacional. A Companhia também recebeu, em 2016, o diploma ‘Melhores e Maiores Empresas de Minas Gerais do XVIII Prêmio Minas Desempenho Empresarial 2015/2016, concedido pela Revista Mercado Comum. O Prêmio Minas Desempenho Empresarial é concedido às empresas que se destacaram em função de suas atividades econômicas, desempenho operacional e resultados financeiros. A Companhia também foi homenageada na cerimônia de comemoração pelos 20 anos do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, por ter contribuído de forma expressiva no aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, no desenvolvimento do Comitê, tendo recebido Prêmio pela atuação, ao longo desses anos no Comitê e nas bacias do Rio Pomba e Rio Muriaé.

#### 2 Investimentos

Com foco em obras que visam à melhoria da qualidade dos serviços prestados, regularização, construção de redes e ligação de novos clientes, a Energisa Minas Gerais investiu ao longo dos últimos três anos R\$ 175,4 milhões, dos quais R\$ 57,3 milhões em 2016, contra R\$ 68,6 milhões investidos no ano anterior.

A composição dos investimentos no quarto trimestre e em 2016 é a seguinte:

Descrição	Valores em R\$ milhões					
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
Ativos Elétricos	10,4	15,2	- 31,6	36,7	55,9	- 34,3
Obrigações Especiais	2,9	2,4	+ 20,8	5,2	3,5	+ 48,6
Ativos Não Elétricos	7,7	1,7	+ 352,9	15,4	9,2	+ 67,4
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>21,0</b>	<b>19,3</b>	<b>+ 8,8</b>	<b>57,3</b>	<b>68,6</b>	<b>- 16,5</b>

(\*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

Entre as realizações em 2016, destacam-se:

- i) Construção da segunda subestação de Manhuaçu (SE MAU II), com quatro bays em 11,4 kV e transformador de 25 MVA, 138/11,4 kV;
- ii) Ampliação da rede de comunicação de dados com instalação de torres repetidoras e chaves automatizadas visando melhor qualidade e continuidade dos serviços;
- iii) Aquisição de terreno para construção em 2018/2019 da SE de Miradouro;
- iv) Reconstituição da fundação (grelhas) de torre de linhas de transmissão e realização de reparos em torres com perda de massa decorrente de corrosão (LDAT Além Paraíba - Leopoldina);
- v) Melhoria dos aterramentos em LDAT's de 69 KV, beneficiando as regiões de Cataguases, Muriaé, Miraf e Laranjal;
- vi) Início da construção/reforma do prédio sede.

## Relatório da Administração

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	2016	2015	Acréscimo
Subestações - nº	46	46	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	987	973	+ 14
Linhas de transmissão - km	1.080	1.080	-
Redes de distribuição (próprias) - km <sup>(1)</sup>	26.458	26.245	+ 213
Transformadores próprios instalados nas redes de distribuição - nº	61.184	60.209	+ 975
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.098	1.078	+ 20

### 3 Desempenho econômico-financeiro

#### 3.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2016:

Descrição	2016	2015 (Reapresentado)	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	945,8	1.010,9	- 6,4
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	894,6	943,9	- 5,2
Receita Operacional Líquida	567,4	618,0	- 8,2
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	516,2	551,0	- 6,3
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	31,9	78,5	- 59,4
EBITDA	63,1	104,3	- 39,5
EBITDA Ajustado	72,9	112,3	- 35,1
Resultado financeiro	(25,1)	(48,4)	- 48,1
Lucro Líquido	4,4	25,0	- 82,4
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	833,2	764,3	+ 9,0
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	143,1	89,8	+ 59,4
Patrimônio Líquido	267,8	198,2	+ 35,1
Endividamento Líquido	191,4	211,2	- 9,4
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	438,9	433,5	+ 1,2
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.201,7	1.219,8	- 1,5
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.593,0	1.610,0	- 1,1
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	10,10	9,70	+ 0,4 p.p
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	12,8	18,2	- 5,3 p.p
Endividamento Líquido/EBITDA Ajustado (vezes)	2,6	1,9	+ 36,8

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

#### 3.2 Receita operacional bruta e líquida

Em 2016, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 894,6 milhões, ante R\$ 943,9 milhões registrados em 2015, uma queda de 5,2% (R\$ 49,3 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou queda 6,3% (R\$ 34,8 milhões) no período, para R\$ 516,2 milhões.

## Relatório da Administração

A seguir, as receitas operacionais por classe de consumo:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	191,5	205,7	- 6,9	779,0	763,8	+ 2,0
✓ Residencial	89,4	94,1	- 5,0	365,7	346,0	+ 5,7
✓ Industrial	21,2	23,8	- 10,9	84,7	97,9	- 13,5
✓ Comercial	41,3	44,3	- 6,8	168,2	158,1	+ 6,4
✓ Rural	21,7	23,7	- 8,4	89,4	89,1	+ 0,3
✓ Outras classes	17,9	19,8	- 9,6	71,0	72,7	- 2,3
(+) Suprimento de energia elétrica	8,1	5,0	+ 62,0	15,1	7,7	+ 96,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	5,7	5,2	+ 9,6	(2,6)	7,4	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	12,8	12,0	+ 6,7	48,6	51,8	- 6,2
(+) Receitas de construção	16,9	19,1	- 11,5	51,2	67,0	- 23,6
(+) Constituição e amortização - CVA	(1,5)	(9,8)	- 84,7	(23,8)	12,9	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	17,3	19,6	- 11,7	68,2	76,0	- 10,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão	0,1	7,0	- 98,6	3,4	20,1	- 83,1
(+) Outras receitas	1,8	0,4	+ 350,0	6,7	4,2	+ 59,5
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>252,7</b>	<b>264,2</b>	<b>- 4,4</b>	<b>945,8</b>	<b>1.010,9</b>	<b>- 6,4</b>
(-) Impostos sobre vendas	72,0	71,6	+ 0,6	288,4	262,1	+ 10,0
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(1,3)	(2,7)	- 51,9	(2,5)	18,9	-
(-) Encargos setoriais	23,5	35,0	- 32,9	92,5	111,9	- 17,3
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>158,5</b>	<b>160,3</b>	<b>- 1,1</b>	<b>567,4</b>	<b>618,0</b>	<b>- 8,2</b>
(-) Receitas de construção	16,9	19,1	- 11,5	51,2	67,0	- 23,6
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>141,6</b>	<b>141,2</b>	<b>+ 0,3</b>	<b>516,2</b>	<b>551,0</b>	<b>- 6,3</b>

Dentre os fatores que impactaram as receitas se destacam:

- Embora o número de consumidores tenha apresentado um acréscimo de 1,2% novos consumidores cativos em 2016 e o consumo de energia no mercado cativo e livre reduziu 6,4% (redução de 5,1% no 4T16), conforme item 4.4 deste relatório;
- Amortização de ativos e passivos regulatórios no montante de R\$ 23,8 milhões em 2016 (R\$ 1,5 milhão no 4T16), contra R\$ 12,9 milhões constituídos em 2015 (R\$ 9,8 milhões amortizados no 4T15);
- Revisão tarifária com aumento médio de 2,16% a partir de 22/06/2016, que amenizou, em parte, a queda do consumo.

### 3.3 Ambiente regulatório - revisão tarifária

#### 3.3.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 14,9 milhões (R\$ 2,7 milhões no 4T16), ante R\$ 34,7 milhões registrados em 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, já chamado de “bandeira rosa”, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

## Relatório da Administração

### 3.3.2 Revisão tarifária

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel") homologou em junho de 2016 o 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("4CRT") da Energisa Minas Gerais. O efeito médio para o consumidor foi de 2,16%, conforme abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
1,68	3,86	2,16	22/06/2016

### 3.3.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução da Base de Remuneração Líquida (BRL) da Energisa Minas Gerais e a data da próxima Revisão Tarifária (RT) são as seguintes:

Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) <sup>(1)</sup>		Data revisão tarifária	
3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
218,3	308,0	jun/16	jun/21

<sup>(1)</sup> A preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

A síntese do resultado do 4º Ciclo da Revisão Tarifária da Energisa Minas Gerais refletiu uma variação positiva, tanto na Parcela B quanto na Base de Remuneração Líquida (RAB Líquida).

A Base de Remuneração Líquida da Energisa Minas Gerais aumentou 41,1% (R\$ 89,7 milhões), totalizando R\$ 308,0 milhões. Por sua vez, a Parcela B aumentou 5,1% em relação a data anterior (D-1) à aplicação da revisão tarifária, chegando a R\$ 211,2 milhões. O crescimento da Parcela B foi influenciado, principalmente, pelo reconhecimento tarifário dos investimentos realizados (EBITDA Regulatório).

Parcela B (R\$ milhões)			
3º Ciclo	4º Ciclo	Variação (R\$)	Variação (%)
201,0	211,2	+ 10,2	+ 5,1

### 3.3.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

A Aneel também homologou, em 2016, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Minas Gerais pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 68,2 milhões (R\$ 76,0 milhões em 2015). O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

## Relatório da Administração

### 3.4 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 484,3 milhões em 2016 e R\$ 125,3 milhões no 4T16, crescimento de 2,5% (R\$ 11,8 milhões) e redução de 2,6% (R\$ 3,4 milhões), respectivamente, quando comparado com o ano anterior e o mesmo período de 2015.

Desse total, as despesas não controláveis cresceram 0,6% ou R\$ 1,8 milhão (redução de 3,5% ou R\$ 3,0 milhões no 4T16), totalizando R\$ 322,5 milhões (R\$ 81,8 milhões no 4T16).

Por sua vez, as despesas controláveis, com PMSO, apresentaram um crescimento de 7,4% ou R\$ 8,6 milhões (aumento de 2,1% ou R\$ 0,7 milhão no 4T16), totalizando R\$ 125,0 milhões (R\$ 34,5 milhões no 4T16).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>81,8</b>	<b>84,8</b>	<b>- 3,5</b>	<b>322,5</b>	<b>320,7</b>	<b>+ 0,6</b>
1.1 Energia comprada	71,3	68,0	+ 4,9	275,3	268,9	+ 2,4
1.2 Transporte de potência elétrica	10,5	16,8	- 37,5	47,2	51,8	- 8,9
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>34,7</b>	<b>33,2</b>	<b>+ 4,5</b>	<b>127,2</b>	<b>122,8</b>	<b>+ 3,6</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>34,5</b>	<b>33,8</b>	<b>+ 2,1</b>	<b>125,0</b>	<b>116,4</b>	<b>+ 7,4</b>
2.1.1 Pessoal	14,0	12,6	+ 11,1	46,0	40,9	+ 12,5
2.1.2 Fundo de pensão	0,2	0,2	-	0,6	0,6	-
2.1.3 Material	1,7	1,1	+ 54,5	6,1	4,9	+ 24,5
2.1.4 Serviços de terceiros	16,5	18,3	- 9,8	65,7	61,7	+ 6,5
2.1.5 Outras	2,1	1,6	+ 31,3	6,6	8,3	- 20,5
✓ Multas e compensações	0,2	0,1	+ 100,0	(0,2)	0,7	-
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	0,1	0,4	- 75,0	0,8	2,1	- 61,9
✓ Outros	1,8	1,1	+ 63,6	6,0	5,5	+ 9,1
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>0,2</b>	<b>(0,6)</b>	<b>-</b>	<b>2,2</b>	<b>6,4</b>	<b>- 65,6</b>
2.2.1 Contingências	(0,1)	(1,2)	- 91,7	(0,6)	4,8	-
2.2.2 Devedores duvidosos	0,3	0,6	- 50,0	2,8	1,6	+ 75,0
<b>3 Demais receitas/despesas</b>	<b>8,8</b>	<b>10,7</b>	<b>- 17,8</b>	<b>34,6</b>	<b>29,0</b>	<b>+ 19,3</b>
3.1 Depreciação e amortização	8,1	9,1	- 11,0	31,1	25,8	+ 20,5
3.2 Outras receitas/despesas	0,7	1,6	- 56,3	3,5	3,2	+ 9,4
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)</b>	<b>125,3</b>	<b>128,7</b>	<b>- 2,6</b>	<b>484,3</b>	<b>472,5</b>	<b>+ 2,5</b>
Custo de construção	16,9	19,1	- 11,5	51,2	67,0	- 23,6
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)</b>	<b>142,2</b>	<b>147,8</b>	<b>- 3,8</b>	<b>535,5</b>	<b>539,5</b>	<b>- 0,7</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

### 3.5 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2016, a Energisa Minas Gerais registrou lucro líquido de R\$ 4,4 milhões, ante o lucro de R\$ 25,0 milhões registrados no ano anterior. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 72,9 milhões em 2016, contra R\$ 112,3 milhões apurados em 2015, uma queda de 35,1%. Esse desempenho decorre, principalmente, da redução do consumo de energia elétrica, impactando as receitas operacionais líquidas da Companhia, que apresentaram queda de R\$ 50,6 milhões no ano.

No quarto trimestre, a Energisa Minas Gerais registrou lucro de R\$ 7,7 milhões, contra um lucro de R\$ 9,0 milhões no 4T15, redução de 14,4%. Já a geração de caixa (EBITDA Ajustado) apurada no 4T16 foi de R\$ 26,6 milhões, ante os R\$ 24,0 milhões registrados em 2015, significando um aumento de 10,8%. A melhoria do desempenho da Companhia no 4T16 decorre, fundamentalmente, da redução das despesas operacionais no trimestre.

## Relatório da Administração

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
(=) Lucro Líquido	7,7	9,0	- 14,4	4,4	25,0	- 82,4
(-) Contribuição social e imposto de renda	(4,4)	3,2	-	(2,5)	(5,1)	- 51,0
(-) Resultado financeiro	(4,2)	(6,8)	- 38,2	(25,1)	(48,4)	- 48,1
(-) Depreciação e amortização	(8,1)	(9,1)	- 11,0	(31,1)	(25,8)	+ 20,5
(=) Geração de caixa (EBITDA)	24,4	21,7	+ 12,4	63,1	104,3	- 39,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,2	2,3	- 4,3	9,8	8,0	+ 22,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	26,6	24,0	+ 10,8	72,9	112,3	- 35,1
Margem do EBITDA Ajustado (%)	16,8	15,0	+ 1,8 p.p	12,8	18,2	- 5,4 p.p

**Dividendos:** com base nos resultados alcançados em 2016, a administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 4,2 milhões (R\$ 5,093216635 por ação), a serem pagos em data a ser definida.

### 4 Desempenho operacional

A manutenção do foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento têm permitido à Energisa Minas Gerais apresentar, de forma consistente, ótimos índices operacionais, que evidenciam a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

#### 4.1 Perdas de energia

Em 2016, as perdas de energia da Energisa Minas Gerais foram as seguintes:

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
9,87	9,45	9,41	-0,17	0,65	0,69	9,70	10,10	10,10	9,32

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos dozes meses findos em dezembro de 2016

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var. (%) <sup>(1)</sup>
dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	dez/15	set/16	dez/16	
172,3	159,9	158,9	(3,0)	11,0	11,7	169,3	170,9	170,6	- 0,2

<sup>(1)</sup> Variação dezembro/setembro de 2016

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energisa Minas Gerais, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras e aumentar a produtividade das equipes. O destaque em 2016 foi a boa efetividade das inspeções de comércios nos maiores centros urbanos da região. As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 10,10%, em 2016, contra 9,70% no ano anterior. A variação de 0,4 ponto percentual no resultado é justificada pelo aumento das perdas não técnicas durante este período, ocasionadas por fraudes e furtos de energia.

#### 4.2 Gestão da Inadimplência

##### 4.2.1 Taxa de Inadimplência

A Energisa Minas Gerais passou a utilizar nova métrica para análise da inadimplência, ou seja, a relação percentual entre a soma da provisão para créditos de liquidação duvidosa com incobráveis, e o fornecimento faturado, no período de 12 meses. Em 2016, essa relação foi de 0,34%, contra 0,24% em 2015.

## Relatório da Administração

### 4.2.2 Taxa de Arrecadação

A Companhia também passou a divulgar a taxa de arrecadação, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período. Em 2016, essa taxa ficou em 98,74%, contra 98,71% em 2015.

### 4.2.3 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A prioridade dada aos investimentos em qualidade tem permitido alcançar indicadores consistentes de fornecimento de energia pela Companhia, expressos por frequência e duração das interrupções de energia (FEC e DEC). O indicador FEC apresentou queda de 1,9%, passando de 7,30 vezes, em 2015, para 7,16 vezes, e o DEC mostrou ligeiro aumento, passando de 10,18 horas, em 2015, para 10,35 horas, mas dentro do limite estabelecido pela Aneel.

### 4.3 Mercado de energia

Em 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD) e ao fornecimento não faturado, totalizaram 1.456,9 GWh com uma redução de 6,4% em relação a 2015.

Apesar da queda no consumo mencionada acima, as classes residencial, rural e poderes públicos apresentaram desempenho positivo no ano, com crescimento de 1,3%, 0,5% e 1,6%, respectivamente. O consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 20,6% em 2016, refletindo o cenário econômico adverso.

A composição do mercado é a seguinte

Descrição	Trimestres			Exercício		
	4T16	4T15	Var. %	2016	2015	Var. %
✓ Residencial	121,7	123,7	- 1,6	493,0	486,8	+ 1,3
✓ Industrial	99,3	110,2	- 9,9	398,9	502,2	- 20,6
• Cativo	34,8	37,2	- 6,5	142,3	166,0	- 14,3
• Livre	64,5	73,0	- 11,6	256,6	336,2	- 23,7
✓ Comercial	59,6	64,0	- 6,9	238,2	240,9	- 1,1
• Cativo	58,3	64,0	- 8,9	236,9	240,9	- 1,7
• Livre	1,3	-	-	1,3	-	-
✓ Rural	42,0	42,9	- 2,1	174,6	173,7	+ 0,5
✓ Outras Classes	39,4	39,2	+ 0,5	154,9	152,4	+ 1,6
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>296,2</b>	<b>307,0</b>	<b>- 3,5</b>	<b>1.201,7</b>	<b>1.219,8</b>	<b>- 1,5</b>
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	65,8	73,1	- 10,0	257,9	336,2	- 23,3
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>362,0</b>	<b>380,1</b>	<b>- 4,8</b>	<b>1.459,6</b>	<b>1.556,0</b>	<b>- 6,2</b>
4 Fornecimento Não faturado	7,0	8,8	- 20,5	(2,7)	0,9	-
<b>5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)</b>	<b>369,0</b>	<b>388,9</b>	<b>- 5,1</b>	<b>1.456,9</b>	<b>1.556,9</b>	<b>- 6,4</b>

A Energisa Minas Gerais encerrou o ano com 438.869 unidades consumidoras cativas, quantidade 1,2% superior à registrada no fim de 2015, e com 46 consumidores livres.

## 5 Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Minas Gerais totalizou R\$ 143,1 milhões, que não incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA).

Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Minas Gerais, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 211,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 191,2 milhões em 31 de



## Relatório da Administração

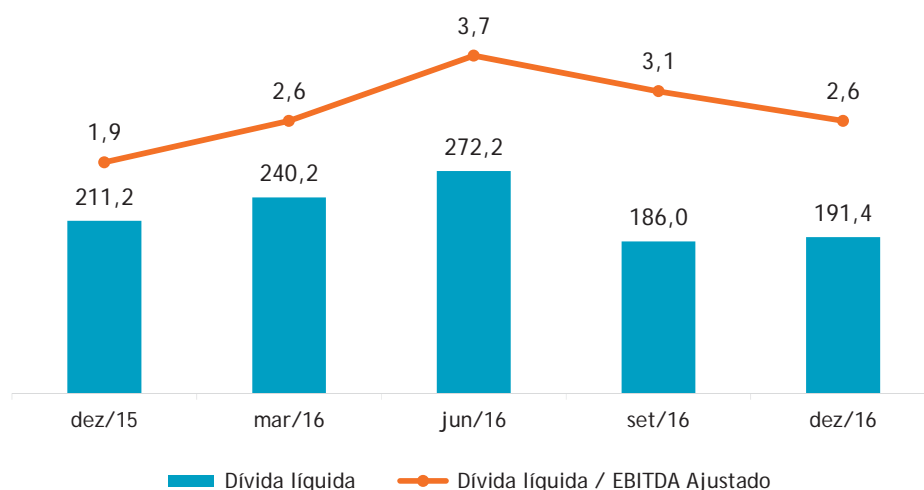
dezembro de 2016. Consequentemente, a relação entre a dívida líquida, com os créditos setoriais, e o EBITDA Ajustado ao fim de 2016 é de 2,6 vezes.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Minas Gerais entre 31 de dezembro de 2016, 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>157,4</b>	<b>171,6</b>	<b>110,5</b>
Empréstimos e financiamentos	134,9	152,2	97,6
Encargos de dívidas	6,1	5,0	4,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,9	0,6	0,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	15,5	13,8	8,2
<b>Longo Prazo</b>	<b>192,8</b>	<b>191,9</b>	<b>222,9</b>
Empréstimos e financiamentos	192,5	193,4	258,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	3,6	2,2	1,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(3,3)	(3,7)	(37,6)
<b>Total das dívidas</b>	<b>350,2</b>	<b>363,5</b>	<b>333,4</b>
(-) Disponibilidades financeiras	143,1	148,3	89,8
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>207,1</b>	<b>215,2</b>	<b>243,6</b>
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	13,5	25,0	8,3
(-) Créditos CVA	2,2	4,2	24,1
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>191,4</b>	<b>186,0</b>	<b>211,2</b>
<b>Indicador Relativo</b>			
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	2,6	3,1	1,9

<sup>(1)</sup> EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

**Evolução da alavancagem**  
- Dívida líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



## 6 Aumentos de capital

Em 2016, a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital: i) em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$ 35,6 milhões, mediante a emissão de 35.600 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1.000,00 por ação, passando o capital social a ser de R\$ 143,4 milhões; ii) com base no capital autorizado da Companhia, o Conselho de Administração realizou em 22 de setembro de 2016, aumento de capital social no montante de R\$ 85,0 milhões, mediante a emissão de 268.638 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de R\$ 316,41 por ação, passando o capital social a ser de R\$ 228,4 milhões, representado



## Relatório da Administração

por 818.607 ações ordinárias. Nesses dois aumentos de capital, todas as ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela controladora Energisa S/A.

### 7 Gestão de pessoas

---

A Energisa Minas Gerais valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma administração ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2016 com 620 colaboradores próprios e 311 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações da unidade estão alinhadas aos valores e missão da Companhia, visando impulsionar o desempenho e construir competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área atua sob a orientação de se posicionar como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual e movimentos estratégicos do grupo. Em 2016, a Energisa Minas Gerais dedicou 54.406 mil homens/hora de treinamentos, com investimentos de mais de R\$ 266 mil. Desde 2009, a Companhia mantém o Programa de Educação a Distância. Em 2016, foram dedicadas nessa modalidade 28.857 mil homens/hora, o que corresponde a 54% do total de treinamento.

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Energisa Minas Gerais continua estimulando seus profissionais a participarem do Programa de Autodesenvolvimento (PAD), que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço on-line que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira. Em 2016, dos empregados elegíveis ao PAD, 41% participaram do programa.

Em 2016, a Energisa seguiu com a programação do Centro de Formação de Operadores, que tem como principal objetivo atender às necessidades de padronização, capacitação e centralização da formação, reciclagem e certificação dos operadores do sistema elétrico da distribuição e transmissão. O Centro de Formação funciona como um simulador de situações reais às quais os sistemas de distribuição e transmissão estão sujeitos no dia a dia.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Minas Gerais também deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da "Academia de Líderes". Diante da nova realidade da empresa, o desenho da Academia de Líderes foi baseado na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio. Na Energisa Minas Gerais, foram realizados os Módulos de Visão Sistêmica e o Módulo de Criatividade e Inovação.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Minas Gerais conta com o Programa de Sucessão, um dos processos mais significativos dentro do planejamento de gestão de pessoas, pois estabelece critérios e procedimentos para a identificação e desenvolvimento de colaboradores que tenham potenciais ou estejam aptos a ocupar posições estratégicas dentro da Organização. A Energisa Minas Gerais mantém ainda um programa de seleção de *trainees* que permite desenvolver uma nova geração de líderes.

### 8 Responsabilidade socioambiental

---

A Energisa Minas Gerais entende a importância do seu papel social e da sua responsabilidade como empresa nas comunidades. Por isso, a Companhia tem atuado de forma consciente em toda a sua área de concessão com ações pensadas e executadas para trazer benefícios à sociedade, buscando estar cada vez mais presente, por meio de ações de incentivo cultural, regional, econômico, ambiental, social e esportivo.

**Iniciativas Esportivas:** apoia projetos esportivos que promovem o bem estar, a saúde e o estímulo à prática de esportes e lazer:

## Relatório da Administração

- **Caminhada Energisa:** em 2016, foram realizadas três caminhadas, reunindo colaboradores e familiares, promovendo ações voltadas para o lazer, para a integração e que incentivam os colaboradores a adotarem hábitos mais saudáveis como a prática da atividade física.
- **Atletas Energisa:** o programa é uma iniciativa para incentivar a prática de atividade física e a qualidade de vida voltada aos colaboradores.

**Iniciativas voltadas à Educação:** contribuir para a formação de cidadãos preparados para superar desafios e mais conscientes do seu potencial transformador é uma das ações sociais da Companhia. Os projetos Casa de Leitura Lya Botelho em Leopoldina e a Biblioteca Energisa são alguns exemplos, além dos convênios mantidos com o SENAI e outros Centros de Formação para qualificação profissional.

- **Projeto Biblioteca Energisa:** o objetivo desse projeto é incentivar a troca de livros e amplia o acesso à cultura por meio da leitura. São mais de 900 livros distribuídos nas bibliotecas das cidades polo da área de concessão da Energisa em Minas Gerais e em espaço instalado na Agência de Atendimento promove um círculo de leitura, democratizando o conhecimento e o acesso à cultura.
- **Junior Achievement:** este é mais um projeto social de voluntariado da Companhia, que conta com a participação de colaboradores que apoiam esta iniciativa. Desde 2009, a Energisa mantém parceria com a Junior Achievement, uma associação sem fins lucrativos, que contribui com a educação de jovens empreendedores em mais de 100 países. Em Minas Gerais
- , ao longo de oito anos, mais de 90 voluntários da Energisa se mobilizaram para capacitar mais de 1.800 empreendedores, por meio da parceria com a Junior Achievement, uma associação sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos em 1919.

**Iniciativas voltadas à eficiência energética:** o compromisso com o meio ambiente também faz parte da Companhia. Por isso, a empresa investe em diferentes iniciativas de sustentabilidade.

- **Nossa Energia:** o projeto tem por objetivo combater o desperdício de energia elétrica nas residências dos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica, contribuindo para ampliar a consciência na mudança de hábitos e comportamento no uso eficiente e seguro da energia elétrica, por meio de ações educacionais nas escolas com a estrutura de uma unidade móvel eficiente, troca de geladeiras e substituição de lâmpadas ineficientes por outras mais eficientes e com selo Procel de qualidade. Em 2016, 42 cidades foram visitadas, sendo beneficiadas mais de 7.200 pessoas com os eventos em praça pública e mais de 7.800 alunos atendidos com palestras educativas e interativas; substituição de 215 geladeiras e mais de 15.100 lâmpadas LED e 8.600 lâmpadas fluorescentes, além da distribuição de brindes como micro-ondas, *tablets*, chuveiros, fone de ouvido entre outros.
- **Conta Cidadã:** o projeto consiste na troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Além disso, o material coletado tem destinação correta, contribuindo de forma positiva para a preservação do meio ambiente. O projeto Conta Cidadã constitui um novo paradigma social, bem como uma nova forma de tratamento e de pagamento das contas de energia elétrica da população, inicialmente com clientes residenciais e baixa renda, baseado em uma efficientização energética por economia de energia no reprocessamento desses resíduos e não na produção básica da matéria prima. Em 2016, em Minas Gerais, foram mais de 650 toneladas de resíduos recolhidos e mais de 3.600 clientes cadastrados.

**Iniciativas Socioculturais:** apoio aos projetos desenvolvidos pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com destaque para a Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho em Leopoldina, o Festival Gastronômico de Piacatuba, o Museu da Energisa em Cataguases e as atividades de inserção social do Projeto Girarte. Juntamente com o "Nossa Energia", o projeto Girarte desenvolve atividades teatrais e lúdicas com as escolas das redes pública e privada de ensino em cidades da Zona da Mata Mineira.

**Patrocínios e apoios:** a Companhia patrocina projetos de notório mérito cultural, realizados em comunidades inseridas nas áreas de atuação da empresa. Estes projetos têm necessariamente como característica a promoção da cultura e do desenvolvimento econômico, regional e social dessas comunidades, contribuindo para o estímulo e acessibilidade ao lazer, ao esporte e à cultura, além de despertar noções de cidadania e valorizar a sociedade. Como exemplo: festivais regionais, feiras, simpósio, exposições agropecuárias e seminários que divulgam o produto da economia local; feiras literárias e fóruns ambientais.

**Doações:** a Companhia também destina recursos às entidades assistenciais e filantrópicas, por meio do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON). São contemplados as APAEs, projetos de responsabilidade das Secretarias Municipais de Assistência Social, casas de acolhimento e projetos para atenção e assistência oncológica.

## Relatório da Administração

### Outras ações ambientais - ações mitigadoras

A Energisa Minas Gerais mitiga seus impactos por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS. O SGMASS é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança. Dentre os programas e práticas implementados, destacam-se:

- Implantação de redes isoladas e protegidas;
- Descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública;
- Regeneração de óleos isolantes utilizados em equipamentos, além da recuperação do óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente;
- Disposição e tratamento de resíduos com procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS;
- Desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização ambiental (3Rs, redução do consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc);
- Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental;
- Participação em consórcios e comitês em prol do desenvolvimento sustentável e dos recursos hídricos de sua área de concessão, a exemplo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERHMG) do qual a empresa é integrante.

### Iniciativas relativas à ética

- **Ética e integridade** - o Código de Ética e Conduta da empresa, que bem expressa um compromisso com o futuro, é um guia para os colaboradores da empresa no relacionamento com os diversos públicos. Além de divulgado pela intranet e pelo site do grupo, é distribuído a todos os colaboradores, tendo como guardião maior um Comitê de Ética composto por colaboradores das diversas áreas de trabalho e regiões de atuação do Grupo Energisa, permitindo o acesso livre e direto a todo o quadro funcional das empresas, bem como parceiros.

## 9 Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais em 2016 foi de R\$ 339,5 mil, dos quais R\$ 314,4 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras e R\$ 25,1 mil para programas de "Eficiência Energética" e consultoria.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Notas Explicativas

### Notas Explicativas

---

**Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

#### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia” ou “EMG”) - empresa integrante do **Grupo Energisa** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 438.915 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e obteve registro de Companhia Aberta em 17 de dezembro de 1969, mas desde 23 de maio de 1907 detém registro de negociação de suas ações em Bolsa de Valores.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 21, respectivamente.

## Notas Explicativas

Renovação de concessões:

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela companhia como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão. Para data base 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu seus indicadores.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

---

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as Normas Internacionais do relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2016, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuarem operando. Desta forma, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade dos negócios. Baseamos nossa conclusão nas expectativas em relação ao futuro, as quais são consistentes com os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais e planos estratégicos e de investimentos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

### 2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## Notas Explicativas

### 2.3 Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas aplicadas estão descritas nas notas explicativas, sendo elas:

Nota 6 - Consumidores e concessionárias;

Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota 12 - Créditos tributários;

Nota 19 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais;

Nota 22 - Custos e despesas operacionais - energia elétrica comprada para revenda;

Nota 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

Nota 28 - Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões;

## 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

### 3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras
- Modificações à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014
- IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
- IAS 16 - Ativo imobilizado

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue:

- IFRS 9 (equivalente ao CPC 48) Instrumentos Financeiros (2)
- IFRS 15 (equivalente ao CPC 47) Receitas de Contratos com clientes (2)
- IFRS 16 - Leases (3)
- Modificações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (1)
- Modificações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (1)
- Esclarecimento do IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente (2)
- Modificações à IFRS 2 - Pagamento com base em ações (2)
- Modificações à IFRS 4 - Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (2)
- Modificações às IAS 40 - Transferências de propriedade para investimentos (2)
- IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e considerações antecipadas (2).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.



## Notas Explicativas

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 (classificação e mensuração de ativos financeiros), que podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros, mas que nesse momento estão em avaliação pela Companhia.

### 3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- b. **Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber, ativo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, encargos de dívidas, passivo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota explicativa nº 27 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge".

## Notas Explicativas

“Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

- c. **Consumidores e concessionárias** - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.
- d. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL.
- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.
- f. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que o contrato de concessão da Companhia foi atualizado em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade). A Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 9.
- g. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia originalmente registrou desde o exercício de 2013 como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil, entretanto a partir dos exercícios de 2016 e 2015 revisou sua prática contábil passando a classificar a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. Esta alteração de prática, esta suportada basicamente no (i) retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC” (custo médio ponderado do capital); e (ii) investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição



## Notas Explicativas

de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, a Companhia efetuou novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados de acordo com o novo prazo deferido pelo poder concedente.

Esses ativos foram classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

- h. **Investimentos** - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- i. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 14).

- j. **Intangível** - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão.
- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.
- l. **Redução a valor recuperável** - a Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto

## Notas Explicativas

a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

## Notas Explicativas

- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, as macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação.

- m. **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- n. **Derivativos** - Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27.
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos, calculados com base nas alíquotas efetivas, considerando a parcela dos incentivos fiscais. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- p. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- q. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações.
- r. **Dividendos** - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.
- s. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração

## Notas Explicativas

entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero.

- t. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de benefícios previdenciários na modalidade Benefício Definido (BD) é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes resultado.
- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.3 Reclassificação de exercícios anteriores

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e no valor adicionado de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 17 de março de 2016 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". Conforme segue.

Demonstração do Resultado	Divulgado	Reclassificado	Reapresentado
	2015		2015
Receita operacional líquida	597.915	20.078	617.993
Lucro bruto	121.901	20.078	141.979
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos	58.456	20.078	78.534
Receitas financeiras	34.779	(20.078)	14.701

Demonstração do Valor Adicionado	Divulgado	Reclassificado	Reapresentado
	2015		2015
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	923.812	20.078	943.890
Valor adicionado bruto	490.710	20.078	510.788
Valor adicionado líquido	464.878	20.078	484.956
Receitas financeiras	35.792	(20.078)	15.714

A natureza das principais reclassificações realizadas encontra-se descritas a seguir:

A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de "Receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR", no resultado financeiro, reclassificado para o grupo de receitas operacionais -

## Notas Explicativas

ativo financeiro indenizável da concessão, objetivando melhor a apresentação quanto à sua posição patrimonial e seu desempenho e de sua atividade de distribuição de energia elétrica. Esta mudança de prática, de acordo com o CPC 23 é como segue:

- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de "WACC" (custo médio ponderado do capital);
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade do negócio de distribuição de energia elétrica, e o seu modelo está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura; e
- (iii) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

O impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é uma reclassificação de R\$20.078 da receita financeira - Atualização do contas a receber da concessão VNR para receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão.

### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

### 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

#### 5.1 Caixa e equivalente de caixa

Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários à vista	4.490	9.990
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	71.361	41.424
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	23.251	3.577
Compromissada <sup>(1)</sup>	48.110	37.847
<b>Total caixa e equivalentes de caixa <sup>(2)</sup> - circulante</b>	<b>75.851</b>	<b>51.414</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2016 equivale a 101,97% do CDI (92,48% do CDI em 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas de 102,50% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

## Notas Explicativas

### 5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	2016	2015
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>65.828</b>	<b>37.240</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.116	5
Compromissada <sup>(1)</sup>	-	21.265
Fundo de Investimento <sup>(2)</sup>	4.579	66
<b>Fundos de Investimentos Exclusivos <sup>(3)</sup></b>	<b>60.107</b>	<b>15.878</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.221	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	616	-
Debêntures	12.117	-
Compromissadas	770	-
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial - DPGE	-	2.632
Títulos públicos	654	13.246
Fundo de Crédito	2.321	-
Fundo de Renda Fixa	15.963	-
Letra Financeira (LFT)	4.866	-
Letra Financeira (LF)	19.386	-
Nota promissória	193	-
Outros instrumentos	26	26
<b>Mantidas até o vencimento</b>	<b>1.447</b>	<b>1.160</b>
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) <sup>(4)</sup>	1.447	1.160
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados <sup>(5)</sup></b>	<b>67.275</b>	<b>38.400</b>
Circulante	65.828	37.240
Não Circulante	1.447	1.160

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundo de Investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados de 67,93% a 101,86% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF e NTN-B, e são remuneradas de 101,72% até 113,95% do CDI.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020.
- (5) Inclui R\$2.660 (R\$1.160 em 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2016 equivale a 111,79% do CDI (92,48% do CDI em 2015).



## Notas Explicativas

### 6. Consumidores e concessionárias

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 27.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa <sup>(5)</sup>	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2016	2015
<b>Valores correntes:</b> <sup>(1)</sup>									
Residencial	16.938	-	9.638	533	14	47	(594)	26.576	26.692
Industrial	11.629	-	641	88	91	1.438	(1.438)	12.449	12.633
Comercial	9.347	-	2.331	98	106	56	(162)	11.776	11.896
Rural	4.108	-	2.566	177	-	-	-	6.851	7.041
Poder público	1.541	-	275	21	6	1	(1)	1.843	2.331
Iluminação pública	1.701	-	130	-	-	-	-	1.831	2.065
Serviço público	1.793	-	22	-	-	-	-	1.815	1.978
Fornecimento não faturado	20.102	-	-	-	-	-	-	20.102	22.669
Arrecadação Processo Classificação	3.249	-	-	-	-	-	-	3.249	1.258
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	272	173	153	65	108	513	(722)	562	419
Industrial	638	42	177	833	248	1.717	(2.831)	824	2.833
Comercial	248	2.055	59	12	23	158	(208)	2.347	2.537
Rural	77	79	27	5	9	20	(36)	181	89
Poder público	297	139	81	-	-	-	-	517	453
Iluminação pública	14	81	-	-	-	-	-	95	62
Serviço público	6	16	1	-	-	-	-	23	76
(-) Ajuste valor Presente <sup>(3)</sup>	(35)	(889)	-	-	-	-	-	(924)	(1.029)
<b>Subtotal-clientes</b>	<b>71.925</b>	<b>1.696</b>	<b>16.101</b>	<b>1.832</b>	<b>605</b>	<b>3.950</b>	<b>(5.992)</b>	<b>90.117</b>	<b>94.003</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional <sup>(2)</sup>	4.826	-	-	-	-	13.234	(163)	17.897	11.899
Outros <sup>(4)</sup>	-	1.491	38	82	260	12.409	(50)	14.230	12.964
<b>Total</b>	<b>76.751</b>	<b>3.187</b>	<b>16.139</b>	<b>1.914</b>	<b>865</b>	<b>29.593</b>	<b>(6.205)</b>	<b>122.244</b>	<b>118.866</b>
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	100.983	99.513
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	21.261	19.353

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimento de energia - moeda nacional em 31 de dezembro de 2016, inclui valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$18.060 (R\$12.985 em 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

## Notas Explicativas

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$4.346 (R\$3.139 em 2015, referente a aquisição de energia elétrica na CCEE e aos encargos de serviços do sistema de R\$955 (R\$9.547 em 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2016	2015
Créditos a vencer	4.826	5.026
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 (a)	6.873	6.873
Créditos vencidos (b)	6.361	1.086
<b>Sub-total créditos CCEE (*)</b>	<b>18.060</b>	<b>12.985</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(4.346)	(3.139)
(-) Encargos de serviços do sistema	(955)	(9.547)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>12.759</b>	<b>299</b>

(\*) O subtotal de R\$18.060 (R\$12.985 em 2015) não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$163.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

- (a) Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (b) Créditos vencidos:

Foi ajuizada ações de cobrança contra os credores que não liquidaram a aquisição de energia na CCEE e no MAE, desde 2002 para os quais constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 12 de outubro de 2016 transitou em julgado a decisão em ação monitória movida pela Energisa Minas Gerais (que representava as demais empresas do Grupo Energisa) contra a AES SUL, que depositou em juízo o valor da condenação, e motivou o reconhecimento do ativo a receber devidamente atualizado, bem como da reversão de parte da provisão. A expectativa de recebimento é até o final de março de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, foi contabilizado na demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas financeiras, atualização monetária do contas a receber da AES SUL em R\$5.275 e reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$923.

**Uso de estimativas:** os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de 13,63% a.a. (14,14% a.a. em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações. Abaixo demonstração do fluxo de caixa e sua temporalidade:

Vencimentos	Ajustes a valor presente
2017	167
2018	55
2019	74
2020	94
2021 em diante	534
<b>Total</b>	<b>924</b>

- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$12.701 (R\$11.646 em 2015), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.

- (5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas



## Notas Explicativas

suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Cientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos clientes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões em 2016 e 2015:

Movimentação das provisões	2016	2015
Saldo inicial - circulante -2015 e 2014	6.476	6.114
Provisões (reversões) constituídas no exercício	2.821	1.627
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(2.294)	(1.265)
<b>Saldo final - circulante -2016 e 2015</b>	<b>7.003</b>	<b>6.476</b>
<b>Alocação:</b>		
Consumidores e concessionárias	6.205	5.708
Outros créditos	798	768

## 7. Tributos a recuperar

	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS <sup>(a)</sup>	9.519	9.590
Imposto de renda retido na fonte - IRRF <sup>(b)</sup>	924	3.707
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ <sup>(c)</sup>	7.279	6.309
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL <sup>(c)</sup>	1.804	1.371
Contribuições ao PIS e a COFINS <sup>(d)</sup>	9.585	4.441
Outros	1.502	538
<b>Total</b>	<b>30.613</b>	<b>25.956</b>
Circulante	24.232	19.586
Não Circulante	6.381	6.370

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda retido na fonte originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e o excedente, não utilizado dentro do próprio exercício, será incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde ao pagamento a maior de PIS/COFINS efetuado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, relativo ao custo de aquisição de energia comprada para revenda, encargos de conexão, serviços e demais custos relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica da Companhia e inclui 24 parcelas remanescentes de créditos constituídos até 31 de dezembro de 2014 sobre máquinas, equipamentos, materiais e de prestação de serviços incorporados ao ativo intangível e imobilizado, recuperáveis em 1/48 avos, conforme legislação vigente a época da constituição do saldo. A partir do exercício de 2015, em razão de alteração da legislação, os créditos passaram a ser constituídos sobre a cota de depreciação/amortização dos bens e equipamentos utilizados na atividade operacional.

## Notas Explicativas

### 8. Revisão e reajuste tarifário periódico

#### 8.1 Reajuste tarifário anual:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos clientes às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.895 de 16 de junho de 2015, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 3,06%, aplicado desde 18 de junho de 2015.

#### 8.2 Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,89%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

#### 8.3 Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse

## Notas Explicativas

mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores. Apenas no mês de novembro de 2016 a bandeira tarifária amarela esteve vigente.

### 8.4 Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 04 anos e, nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.092 de 21 de junho de 2016, aprovou o resultado da revisão tarifária periódica da controlada Energisa Minas Gerais com reajuste que gerou um incremento de 2,16%, aplicados a partir de 22 de junho de 2016.

### 8.5 Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

A sobrecontratação da Companhia é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em razão de regra disposta no Decreto nº 5.163/04, independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos a Companhia, distribuidora de energia elétrica, por atividade que não lhe remunera (a aquisição de energia).

Para afastar os prejuízos decorrentes da aquisição de energia que lhe foi imposta, mitigando a sua sobrecontratação, ao longo de 2016 e ainda em 2017, a companhia emvidou e vem emvidando seus melhores esforços e utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis, tais como a participação nos MCSDs Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Mesmo assim, considerando que um dos últimos mecanismos ainda não foi realizado (o MCSD Ex-Post), a companhia, em conjunto, estima ter encerrado o ano de 2016 com 111,0% de nível de contratação, sendo que o excedente, acima dos 100%, é liquidado pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) ao longo do ano.

Por isso, a companhia, baseando-se tanto em parecer técnico de reconhecido escritório de advocacia e em manifestações da ABRADÉE, quanto em interações com a Aneel, recorreu à para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se o prejuízo da Companhia, distribuidora de energia elétrica.

O Poder Concedente, inclusive indicando a sua convergência com o entendimento da companhia, alguns meses após a realização do leilão A-1 e após iniciadas as discussões com relação ao equívoco na sua realização, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, forma mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, e a devolução da energia a eles correspondente, também já foi manifestado entendimento no sentido que não há porque fazer distinção entre estes e os consumidores potencialmente livres apenas em decorrência da fonte de energia do fornecedor escolhido. Resta apenas a definição sobre a aplicação da permissão de redução dos contratos (CCEAR) por migração de consumidor especial para o ambiente livre e a consideração das sobras relativas a essa migração como involuntárias.

Como até a data de publicação da presente Demonstração Financeira de 2016, as discussões acerca do tema encontravam-se em curso, conservadoramente, optou-se pela contabilização das despesas incorridas com as sobras de energia até que decisão definitiva seja proferida pela ANEEL.

## Notas Explicativas

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassável para as tarifas dos consumidores, foram de R\$286 reconhecidos na demonstração do resultado do exercício

### 9. Ativo e Passivo Financeiro Setorial

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	27.758	4.102	(28.945)	(28)	16.569	19.456	16.792	2.664	18.191	1.265
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	43	1.862	(1.059)	73	-	919	919	-	919	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	-	1.100	(106)	41	(644)	391	96	295	251	140
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	451	281	(358)	25	51	450	265	185	362	88
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	-	-	254	-	(254)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	21.499	(3.330)	(15.882)	2.521	2.151	6.959	6.959	-	6.959	-
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	1.598	6.272	(2.971)	154	1.814	6.867	2.688	4.179	4.882	1.985
Sobrecontratação de energia (ii)	-	3.350	-	271	2.375	5.996	-	5.996	3.148	2.848
CUSD	656	183	(631)	-	(105)	103	-	103	54	49
Exposição de submercados	131	524	(130)	172	(276)	421	-	421	221	200
Garantias	-	106	(67)	9	301	349	-	349	238	111
Outros itens financeiros	-	(16.325)	-	-	16.325	-	-	-	-	-
<b>Total Ativo</b>	<b>52.136</b>	<b>(1.875)</b>	<b>(49.895)</b>	<b>3.238</b>	<b>38.307</b>	<b>41.911</b>	<b>27.719</b>	<b>14.192</b>	<b>35.225</b>	<b>6.686</b>

## Notas Explicativas

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda	-	(12.441)	-	(1.863)	16.569	2.265	-	2.265	2.265	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	422	1.359	(1.179)	42	(644)	-	-	-	-	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	(48)	-	(3)	51	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	9.053	6.873	(6.868)	304	(254)	9.108	1.450	7.658	5.470	3.638
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	2.663	-	1.279	2.151	6.093	-	6.093	3.199	2.894
<b>Componentes financeiros</b>										
Neutralidade da Parcela A (iv)	-	(1.092)	(342)	(381)	1.815	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (ii)	11.054	(8.535)	(3.333)	(1.561)	2.375	-	2.265	(2.265)	-	-
Devoluções Tarifárias (*)	-	1.920	-	141	-	2.061	-	2.061	-	2.061
CUSD	-	142	(9)	(15)	(105)	13	13	-	13	-
Exposição de submercados	-	2.286	(1.147)	175	(276)	1.038	1.038	-	1.038	-
Saldo a Compensar	-	-	(4.454)	-	12.148	7.694	-	7.694	7.694	-
Outros itens financeiros	7.527	22.511	(24.327)	1.265	4.477	11.453	19.031	(7.578)	11.453	-
<b>Total Passivo</b>	<b>28.056</b>	<b>15.638</b>	<b>(41.659)</b>	<b>(617)</b>	<b>38.307</b>	<b>39.725</b>	<b>23.797</b>	<b>15.928</b>	<b>31.132</b>	<b>8.593</b>
<b>Saldo Líquido</b>	<b>24.080</b>	<b>(17.513)</b>	<b>(8.236)</b>	<b>3.855</b>	<b>-</b>	<b>2.186</b>	<b>3.922</b>	<b>(1.736)</b>	<b>4.093</b>	<b>(1.907)</b>

(\*) Refere-se à receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, no montante de R\$ 1.920 (R\$1.952 em 2015), conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º Ciclo Reajuste Tarifário Periódico.

## (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

## (ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado.

Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

## (iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN.

## Notas Explicativas

### (iv) Neutralidade da Parcela A

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

### (v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

#### Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

### (vi) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

## 10. Outros créditos

	2016	2015
Baixa renda <sup>(1)</sup>	4.099	2.550
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	5.741	4.540
Ordens de serviço em curso - outros	331	247
Adiantamentos	581	3.217
Subvenção CDE - desconto tarifário <sup>(2)</sup>	9.416	5.779
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	2.920	2.564
Adiantamento fundo de pensão	8.704	8.704
Despesas pagas antecipadamente	1.978	1.841
Bandeira tarifária	1.333	-
Outros <sup>(3)</sup>	176	81
<b>Total</b>	<b>35.279</b>	<b>29.523</b>
Circulante	35.142	29.386
Não circulante	137	137

- (1) Baixa renda - Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2016	2015
Saldo inicial - circulante- 2015 e 2014	2.550	3.533
Subvenção Baixa Renda	16.189	15.349
Ressarcimento pela Eletrobrás	(14.640)	(16.332)
<b>Saldo final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>4.099</b>	<b>2.550</b>

- (2) Subvenção CDE - desconto tarifário - Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.



## Notas Explicativas

A Companhia, desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até dezembro de 2016, foram compensados R\$48.407 referente à subvenção CDE e R\$14.640 referente subvenção baixa renda.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo corresponde à subvenção incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensando no primeiro trimestre de 2017.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2016	2015
Saldo inicial - circulante - 2015 e 2014	5.779	27.302
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	52.044	60.683
Ressarcimento pela Eletrobrás	(48.407)	(83.437)
Atualização monetária	-	1.231
<b>Saldo final - circulante - 2016 e 2015</b>	<b>9.416</b>	<b>5.779</b>

(3) Inclui outras contas a receber R\$798 (R\$768 em 2015) de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## 11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso-Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) <sup>(1)</sup>	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) <sup>(2)</sup>	Comissão aval (Despesa financeira) <sup>(3)</sup>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital <sup>(4)</sup>	Saldo a pagar (fornecedores)	
Energisa S/A	13.154	-	5.051	-	1.017	
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A	116	-	-	-	-	
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	-	1.245	-	-	-	
Energisa Soluções S/A	28.651	-	-	-	1.978	
	2016	41.921	1.245	5.051	-	2.995
	2015	36.130	889	5.180	35.600	3.228

(1) Os serviços contratados junto à Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.

(3) Refere-se a custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

(4) Os recursos destinados a "futuro aumento de capital" não são remunerados foram registrados no Patrimônio Líquido e capitalizado em abril/2016.

## Notas Explicativas

### Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$998 (R\$842 em 2015) e da Diretoria foi de R\$1.877 (R\$1.373 em 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$508 (R\$518 em 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$347 (R\$319 em 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$29 e R\$3 (R\$25 e R\$1 em 2015), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$11 (R\$10 em 2015).

Na AGO de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$3.793 (R\$3.448 para o exercício de 2015).

### 12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda s/prejuízos fiscais	25.213	34.481
Contribuição social s/base negativa	10.172	12.413
<b>Subtotal</b>	<b>35.385</b>	<b>46.894</b>
<b>Ativo - Diferenças temporárias</b>		
Imposto de renda e contribuição social s/o lucro	17.644	10.350
<b>Total - não circulante</b>	<b>53.029</b>	<b>57.244</b>
<b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda	21.995	35.551
Contribuição social	7.918	12.799
<b>Total - não circulante</b>	<b>29.913</b>	<b>48.350</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>23.116</b>	<b>8.894</b>



## Notas Explicativas

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2016		2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	100.850	25.213	134.881	33.720
Base negativa da CSLL	113.017	10.172	146.372	13.174
Marcação a mercado - derivativo	12.244	4.163	(29.489)	(10.026)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	11.627	3.953	11.475	3.901
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	7.003	2.381	5.708	1.941
Provisão ajuste atuarial	4.475	1.521	2.376	808
Outras provisões (Honorários, PEE, P&D e outras).	7.232	2.459	6.134	2.086
Outras adições temporárias	4.396	1.494	3.716	1.263
Marcação a mercado da dívida	3.997	1.359	(2.374)	(807)
Ajuste a valor presente	924	314	1.029	351
Passivos financeiros setoriais (CVA 's)	(2.186)	(743)	(19.005)	(6.462)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações	(85.795)	(29.170)	(91.338)	(31.055)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>177.784</b>	<b>23.116</b>	<b>169.485</b>	<b>8.894</b>

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Realizações de créditos fiscais
2017	5.648
2018	8.064
2019	9.632
2020	8.849
2021	9.467
2022 a 2026	11.369
<b>Total</b>	<b>53.029</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2016	2015
Lucro antes dos impostos	6.846	30.091
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(2.328)	(10.231)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício (*)	-	5.234
Outros	(129)	(143)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>(2.457)</b>	<b>(5.140)</b>
Alíquota efetiva	35,89%	17,08%

(\*) A Companhia reconheceu no exercício de 2015 o montante de R\$5.234 de créditos tributários de imposto de renda apurados em exercícios anteriores em face de suas projeções de resultados demonstrarem a recuperabilidade.

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

### 13. Contas a receber da Concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da

## Notas Explicativas

concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, com a aplicação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse corrigida pela aplicação do IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, por mudança de prática contábil, a Companhia passou a reconhecer a remuneração do contas a receber da concessão VNR em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão em R\$3.395 (R\$20.078 em 2015). O valor registrado no exercício de 2016 inclui a parcela do processo do 4º ciclo tarifário aprovado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 2.092, de 21 de junho de 2016, Nota Técnica nº. 185/2016 - SGT/ANEEL.

No exercício de 2015, estão incluídos os impactos do recálculo da atualização monetária pelo novo índice de atualização (IPCA).

O saldo de contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Movimentação	2016	2015
Ativo financeiro custo histórico - 2015 e 2014	9.091	329.497
Adições no exercício	76	14.701
Baixas no exercício	(487)	(1.279)
Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão	3.395	20.078
Transferência para intangível - Contrato de concessão (**)	-	(353.906)
<b>Ativo financeiro valor justo - não circulante - 2016 e 2015</b>	<b>12.075</b>	<b>9.091</b>

(\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(\*\*) A Companhia, concluiu em dezembro de 2015 o processo de renovação da concessão, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Termos Aditivos ao contrato de concessão.

Após as assinaturas do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

A Companhia de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada, em dezembro de 2015, reclassificou o montante de R\$353.906 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

## 14. Intangível e Imobilizado

	2016	2015
Intangível - Contrato da concessão	393.868	375.666
Imobilizado	6.310	6.981
<b>Total</b>	<b>400.178</b>	<b>382.647</b>

**Notas Explicativas****Intangível - Contrato de concessão**

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2016
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	879.068	303	32.259	(9.958)	-	901.672
Amortização Acumulada	(311.701)	-	-	6.045	(44.578)	(350.234)
Subtotal	567.367	303	32.259	(3.913)	(44.578)	551.438
Em Curso	11.307	56.946	(32.259)	(76)	-	35.918
<b>Total Intangível</b>	<b>578.674</b>	<b>57.249</b>	<b>-</b>	<b>(3.989)</b>	<b>(44.578)</b>	<b>587.356</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	239.779	-	3.589	-	-	243.368
Amortização Acumulada	(50.891)	-	-	-	(14.750)	(65.641)
Subtotal	188.888	-	3.589	-	(14.750)	177.727
Em Curso	14.120	5.230	(3.589)	-	-	15.761
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>203.008</b>	<b>5.230</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.750)</b>	<b>193.488</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>375.666</b>	<b>52.019</b>	<b>-</b>	<b>(3.989)</b>	<b>(29.828)</b>	<b>393.868</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	7.568	3.093	275	-	-	10.936
Veículos	189	218	-	-	-	407
Móveis e utensílios	3.582	100	93	(18)	-	3.757
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>11.548</b>	<b>3.411</b>	<b>368</b>	<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>15.309</b>
Depreciação acumulada:						
Edificações e benfeitorias	(190)	-	-	-	(8)	(198)
Máquinas e equipamentos	(3.002)	(2.797)	-	6	(1.200)	(6.993)
Veículos	(133)	(94)	-	-	(36)	(263)
Móveis e utensílios	(1.242)	(100)	-	-	(203)	(1.545)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(4.567)</b>	<b>(2.991)</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>(1.447)</b>	<b>(8.999)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>6.981</b>	<b>420</b>	<b>368</b>	<b>(12)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>6.310</b>
Imobilizado em curso	-	368	(368)	-	-	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>6.981</b>	<b>788</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>(1.447)</b>	<b>6.310</b>
<b>Total Ativo intangível e Imobilizado</b>	<b>382.647</b>	<b>52.807</b>	<b>-</b>	<b>(4.001)</b>	<b>(31.275)</b>	<b>400.178</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$4.001, R\$76 foi transferido para o contas a receber da concessão, R\$3.925 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

**Notas Explicativas**

	Saldos 2014	Adição	Adição-Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldos 2015
<b>Intangível em Serviço</b>							
Custo:	291.509	-	543.283	50.226	(5.950)	-	879.068
Amortização Acumulada	(278.507)	-	-	-	2.406	(35.600)	(311.701)
Subtotal	13.002	-	543.283	50.226	(3.544)	(35.600)	567.367
Em Curso	10.640	66.879	-	(50.226)	(15.986)	-	11.307
<b>Total Intangível</b>	<b>23.642</b>	<b>66.879</b>	<b>543.283</b>	<b>-</b>	<b>(19.530)</b>	<b>(35.600)</b>	<b>578.674</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo	43.352	-	189.377	7.050	-	-	239.779
Amortização Acumulada	(39.887)	-	-	-	-	(11.004)	(50.891)
Subtotal	3.465	-	189.377	7.050	-	(11.004)	188.888
Em Curso	18.959	3.496	-	(7.050)	(1.285)	-	14.120
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>22.424</b>	<b>3.496</b>	<b>189.377</b>	<b>-</b>	<b>(1.285)</b>	<b>(11.004)</b>	<b>203.008</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>1.218</b>	<b>63.383</b>	<b>353.906</b>	<b>-</b>	<b>(18.245)</b>	<b>(24.596)</b>	<b>375.666</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	6.357	-	-	1.240	(29)	-	7.568
Veículos	189	-	-	-	-	-	189
Móveis e utensílios	3.091	-	-	495	(4)	-	3.582
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>9.846</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.735</b>	<b>(33)</b>	<b>-</b>	<b>11.548</b>
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias	(184)	-	-	-	-	(6)	(190)
Máquinas e equipamentos	(2.000)	-	-	-	29	(1.031)	(3.002)
Veículos	(106)	-	-	-	-	(27)	(133)
Móveis e utensílios	(1.054)	-	-	-	4	(192)	(1.242)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(3.344)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>(1.256)</b>	<b>(4.567)</b>
Subtotal Imobilizado	6.502	-	-	1.735	-	(1.256)	6.981
Imobilizado em curso	-	1.735	-	(1.735)	-	-	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>6.502</b>	<b>1.735</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.256)</b>	<b>6.981</b>
<b>Total</b>	<b>7.720</b>	<b>65.118</b>	<b>353.906</b>	<b>-</b>	<b>(18.245)</b>	<b>(25.852)</b>	<b>382.647</b>

(\*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$543.283 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$189.377, em face da renovação do contrato de concessão.

(\*\*) Do total das baixas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$18.245, R\$14.701 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$3.544 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela resolução 691/2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,40% (4,38% em 31 de dezembro de 2015).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais, entretanto as novas

## Notas Explicativas

adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, início da vigência da nova versão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, estabelecido pela Resolução Normativa nº 605, passaram a ser amortizadas de acordo com a data da imobilização até estar totalmente amortizado.

O saldo do intangível e das contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	2016	2015
Contribuições do consumidor <sup>(1)</sup>	184.122	178.892
Participação da União - recursos CDE <sup>(2)</sup>	46.423	46.423
Participação do Governo do Estado <sup>(2)</sup>	21.348	21.348
Reserva para reversão <sup>(3)</sup>	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	5.827	5.827
(-) Amortização acumulada	(65.641)	(50.891)
<b>Total</b>	<b>193.488</b>	<b>203.008</b>
<b>Alocação:</b>		
Infraestrutura - Intangível em serviço	177.727	188.888
Infraestrutura - Intangível em curso	15.761	14.120
<b>Total</b>	<b>193.488</b>	<b>203.008</b>

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais, sendo atualizados, mensalmente, pela variação do IPCA.

A ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são revisadas anualmente, é como segue:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2016	2015
Edificações e benfeitorias	3,33%	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,18%	16,16%
Veículos	14,29%	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

## Notas Explicativas

### 15. Fornecedores

	2016	2015
Suprimento <sup>(1)</sup> :		
Contratos Bilaterais	33.999	26.699
CCEE	4.346	3.139
Operador Nacional do Sistema Elétrico <sup>(1)</sup>	962	1.143
Encargo de serviços do sistema <sup>(1)</sup>	955	9.547
Uso do sistema de transmissão/distribuição <sup>(1)</sup>	2.277	2.656
Conexão à rede <sup>(1)</sup>	159	36
Materiais e serviços e outros <sup>(2)</sup>	10.835	9.391
<b>Total</b>	<b>53.533</b>	<b>52.611</b>
Circulante	52.789	51.867
Não circulante	744	744

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

### 16. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes a eles relacionados, são como se segue:

	2016	2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	95.784	175.885
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	228.102	183.069
Encargos de dívidas - moeda nacional	488	2.643
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	5.574	1.500
(-) Custos a amortizar	(398)	(119)
(-) Marcação a mercado de dívidas	3.997	(2.374)
<b>Total</b>	<b>333.547</b>	<b>360.604</b>
Circulante	140.997	101.756
Não Circulante	192.550	258.848

## Notas Explicativas

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade de Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias <sup>(1)</sup>
	2016	2015					
FIDIC Grupo Energisa III (*)	15.178	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	14,70%	B
Luz para Todos - Eletrobrás	5.102	7.694	5,00% a.a. (Pré)	dez-19	Mensal	5,00%	B
Subtransmissão - Eletrobrás	356	637	5,00% a.a. (Pré)	fev-18	Mensal	5,00%	B
Repasse BNDES I - HSBC	-	220	TJLP + 4,30% a.a.	mai-16	Mensal	11,80%	A
Repasse BNDES II - HSBC	-	195	UMBND + 4,30% a.a. (*)	mai-16	Mensal	4,37%	A
Repasse BNDES III - HSBC	-	134	TJLP + 3,90% a.a.	mai-16	Mensal	11,40%	A
Repasse BNDES I - Itaú BBA	1.881	2.311	TJLP + 4,75% a.a.	jan-21	Mensal	12,25%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	926	1.377	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan-21	Mensal	3,82%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	784	964	TJLP + 5,95% a.a.	jan-21	Mensal	13,45%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	1.221	1.520	5,50% a.a. (Pré)	jan-21	Mensal	5,50%	A
Repasse BNDES V - Itaú <sup>(2)</sup>	17.049	14.756	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	11,46% a 11,76%	A
Repasse BNDES VI - Itaú <sup>(2)</sup>	12.559	9.618	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	18,36%	A
Repasse BNDES PER - Itaú BBA	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	5,50%	A
FINAME - Itaú BBA	13.112	15.140	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	abr-24	Mensal	2,50% a 10,00%	A
FINAME - CEF	2.657	3.194	8,70% a.a. (Pré)	jan-22	Mensal	8,70%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA <sup>(1)</sup>	18.870	23.134	TJLP + 2,25% a 4,15% a.a.	dez-23	Mensal	9,75% a 11,65%	A
CCB - Safra <sup>(1)</sup>	6.577	66.507	CDI + 3,00% a.a.	jan-17	Final	17,00%	A
CCB - BBM	-	15.766	CDI + 2,50% a.a.	ago-16	Final	16,50%	A
(-) Custo de captação incorridos na contratação	(398)	(119)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>95.874</b>	<b>178.409</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA <sup>(3)</sup>	30.493	-	4,8535% a.a. (Pré)	jul-18	Final	-11,02%	A
Resolução 4131 I - Citibank <sup>(1, 3)</sup>	53.615	64.237	Libor + 1,36% a.a.	set-17	Final	-14,51%	A
Resolução 4131 II - Citibank <sup>(1, 3)</sup>	103.238	56.114	Libor + 1,77% a.a.	mai-19	Final	-14,10%	A
Resolução 4131 I - ABC <sup>(3)</sup>	-	12.698	3,28% a.a. (Pré)	jul-16	Final	-13,26%	A
Resolução 4131 II - ABC <sup>(3)</sup>	46.330	51.520	5,43% a.a. (Pré)	set-17	Final	-11,11%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida <sup>(4)</sup>	3.997	(2.374)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>237.673</b>	<b>182.195</b>					
<b>Total EMG</b>	<b>333.547</b>	<b>360.604</b>					

A= Aval Energisa, B=Recebíveis.

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$1.447 (R\$1.160 em 2015) registrados na rubrica, "aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante.

(1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

(2) A controladora Energisa S/A firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$36.602, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2016 foram liberados R\$27.914, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas

## Notas Explicativas

trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2016, os índices foram cumpridos.

- (3) Os contratos de financiamentos possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 27).
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2016	2015
US\$ x R\$	-16,54%	47,01%
TJLP	7,50%	7,00%
SELIC	14,02%	13,32%
CDI	14,00%	13,24%
LIBOR	0,67%	0,29%
UMBNB	0,07%	0,06%

Em 31 de dezembro de 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2016
2018	95.923
2019	65.170
2020	19.394
2021	9.480
Após 2021	2.583
<b>Total</b>	<b>192.550</b>

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2016	2015
Saldos em 2015 e 2014	360.604	345.031
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	94.365	257.532
Custos Apropriados	(365)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial.	(9.367)	112.577
Marcação a Mercado das Dívidas	6.371	(2.374)
Pagamento de principal	(95.388)	(328.122)
Pagamento de juros	(22.673)	(24.040)
<b>Saldos em 2016 e 2015</b>	<b>333.547</b>	<b>360.604</b>
Circulante	140.997	101.756
Não circulante	192.550	258.848



## Notas Explicativas

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	24	24	47	95
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	62	62	179	303
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>86</b>	<b>226</b>	<b>398</b>

## 17. Tributos e Contribuições Sociais

	2016	2015
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	28.353	26.372
Encargos sociais	1.111	1.059
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	13.529	9.901
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.051	3.940
Contribuições ao PIS e a COFINS	5.110	5.853
Imposto sobre serviços - ISS	163	166
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	424	461
Outros	2.307	856
<b>Total</b>	<b>56.048</b>	<b>48.608</b>
Circulante	23.124	22.765
Não circulante	32.924	25.843

## 18. Encargos setoriais

	2016	2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11.448	19.874
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	187	227
Ministério de Minas e Energia - MME	94	119
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	2.500	1.784
Programa de Eficiência Energética - PEE	5.248	3.268
<b>Total</b>	<b>19.477</b>	<b>25.272</b>
Circulante	17.981	24.628
Não circulante	1.496	644

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses

## Notas Explicativas

novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

### 19. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2016	2015
Saldos iniciais - 2015 e 2014	4.505	6.604	366	11.475	5.998
Provisão contingências	2.489	4.896	-	7.384	9.905
Reversões de provisões	(1.139)	(2.135)	(181)	(3.455)	(508)
Pagamentos efetuados	(3.762)	(772)	-	(4.534)	(4.621)
Atualização monetária	236	493	28	757	701
<b>Saldos finais -2016 e 2015</b>	<b>2.329</b>	<b>9.086</b>	<b>213</b>	<b>11.627</b>	<b>11.475</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)				(1.901)	(2.159)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$4.306 (R\$3.784 em 2015). Deste total, R\$2.405 (R\$1.625 em 2015), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

#### Perdas prováveis

- Trabalhistas:**

Referem-se a reclamações trabalhistas de pedido de horas extras, sobreavisos e seus reflexos, equiparação salarial, FGTS, outras verbas contratuais/legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram efetuados R\$2.489 de novas provisões e reversões de provisões anteriormente constituídas de R\$1.139. O incremento de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo responsabilidade subsidiária para receber adicional de periculosidade, horas extras e seus reflexos e salários ao mesmo tempo, foram liquidados no exercício cerca de R\$3.762, referente ações trabalhistas.

- Cíveis:**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registradas cerca de R\$4.896 de novas provisões e R\$2.135, que refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo reparação de danos materiais e morais. No exercício foram liquidados cerca de R\$772, referente ações cíveis.

- Fiscais:**

Refere-se basicamente Execução Fiscal, à qual foram apresentados os Embargos à Execução pela Energisa Minas Gerais em busca da anulação de multa administrativa aplicada pela Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do RJ - PROCON. Em 2ª instância judicial, a multa foi mantida, reformando-se sentença de 1º Grau, que havia sido favorável à empresa.

## Notas Explicativas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram revertidos cerca de R\$181, que basicamente são referentes a revisões de cálculos de liquidação.

### Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$198.899 (R\$165.633 em 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

O aumento no exercício refere-se, basicamente, a alteração de prognóstico, encerramento de processos e alterações de natureza e alterações de condição, efetuadas pelos consultores jurídicos, conforme será detalhado adiante.

- **Trabalhistas:**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$5.684 (R\$5.705 em 2015), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias.

A redução dos valores refere-se, basicamente, a alteração de prognósticos efetuados pelos consultores jurídicos e encerramento de processos, sendo o mais relevante o encerramento de um processo referente a acidente de trabalho no valor de R\$1.705, tendo sido liquidado pela empresa terceirizada.

#### Principais processos:

.Indenização promovida pelo Ministério Público requerendo Danos Morais e Materiais coletivo, com valor envolvido de R\$1.290;

.Indenização envolvendo questão de responsabilidade Subsidiária com pedido de Indenização Danos Morais e Materiais coletivo, com valor envolvido de R\$657.

- **Cíveis:**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$114.232 (R\$112.877 em 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente, encontram-se em processo de defesa administrativa.

O aumento de R\$1.355 refere-se basicamente a encerramento de processos no montante de R\$19.796, reclassificação de ações para a natureza fiscal em montantes de R\$47.532, bem como propositura de novas ações em montantes de R\$64.643 referente interrupção de fornecimentos em algumas localidades da área de concessão, além da atualização monetária.

#### Principais processos:

. Ação cível coletiva, no montante de R\$14.593 (R\$14.079 em 2015), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a

## Notas Explicativas

maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia.

. Ação cível coletiva, no montante de R\$8.755 (R\$8.447 em 2015), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia.

- **Fiscais:**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$78.983 (R\$47.051 em 2015), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo intangível da empresa, já tendo a comprovação obtida em decisões favoráveis de 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual esta garantido a execução e foi interposto embargos à execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no período.

O aumento de R\$28.302 refere-se a inclusão de processos de ICMS referentes a ações de cobrança do imposto incidente sobre as aquisições de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica alocados no ativo intangível.

Principais processos:

.Processo com valor envolvido de R\$20.932, onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002.

.Processo no montante R\$19.127, referente aos créditos de ICMS nas aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado e intangível;

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 20. Patrimônio Líquido

### 20.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$228.428 (R\$107.828 em 2015), atribuídos a 818.607 (514.369 em 2015) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$35.600, mediante a emissão de 35.600 novas ações ordinárias sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1.000,00 por ação, passando o capital social a ser de R\$143.428. Todas novas ações ordinárias foram integralmente subscritas e integralizadas pela controladora Energisa S.A. mediante a capitalização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

## Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de setembro de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$85.000, mediante a emissão de 268.638 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de R\$ 316,41 por ação, passando o capital social a ser de R\$228.428. Todas novas ações ordinárias foram integralmente subscritas e integralizadas pela controladora Energisa S.A. em moeda corrente nacional no dia 22 de setembro de 2016.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração à deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

O limite acima será alterado na próxima AGE/AGO de 2017.

### 20.2 Reserva de lucros - legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

### 20.3 Reserva de lucros - retenção de lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros de R\$18.964, foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

### 20.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	4.389	24.951
Reserva legal - 5%	(219)	(1.248)
Lucro líquido ajustado	4.170	23.703
Dividendos obrigatórios (25%) - R\$1,27 (R\$ R\$11,52 em 2015) por ação	1.043	5.926
Dividendos adicionais propostos - R\$3,82 (R\$34,56 em 2015) por ação (*):	3.127	17.777
<b>Total dos dividendos</b>	<b>4.170</b>	<b>23.703</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

Pagamento de dividendos referente ao exercício de 2015:

. Em ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 05 de janeiro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares apurado no balanço levantado pela Companhia até 30 de novembro de 2015, no montante de R\$14.830, o que corresponde a R\$32,9026 por ação do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 29 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária da Companhia em 05 de janeiro de 2016, e;

. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016, foi aprovado o pagamento de dividendos da Companhia. O saldo remanescente no valor de R\$8.873 (R\$19,68 por ação ordinária), foi pago em 01 de junho de 2016.

### 20.5 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas**

Segue movimentação no exercício de 2016 e 2015:

	2016	2015
Saldo inicial - 2015 e 2014	13	107
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(1.466)	(142)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	498	48
Saldo final - 2016 e 2015	(955)	13

**21. Receita operacional**

	2016			2015		
	Não auditado pelos auditores independentes		R\$	Não auditado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	325.594	492.979	365.714	321.654	486.794	345.991
Industrial	3.540	142.260	84.674	3.628	166.033	97.920
Comercial	35.177	236.884	168.242	35.083	240.937	158.097
Rural	69.424	174.565	89.371	68.082	173.705	89.065
Poder Público	4.102	32.959	21.054	4.023	32.942	21.520
Iluminação Pública	257	79.285	29.802	256	77.524	30.906
Serviço Público	638	38.536	20.177	610	37.577	20.317
Consumo Próprio	137	4.087	-	134	4.251	-
<b>Subtotal</b>	<b>438.869</b>	<b>1.201.555</b>	<b>779.034</b>	<b>433.470</b>	<b>1.219.763</b>	<b>763.816</b>
Suprimento	-	136.121	15.069	-	53.116	7.650
Fornecimento não faturado Líquido	-	(2.709)	(2.567)	-	890	7.430
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	46	-	48.620	32	-	51.829
Receita de construção <sup>(1)</sup>	-	-	51.176	-	-	66.967
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(672)	-	-	(584)
(-) Excedentes de Reativos	-	-	(1.248)	-	-	(1.368)
Constituição e Amortização - CVA Ativa e Passiva <sup>(2)</sup>	-	-	(23.829)	-	-	12.902
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	68.235	-	-	76.032
ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	3.395	-	-	20.078
Outras receitas operacionais	-	-	8.614	-	-	6.105
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>438.915</b>	<b>1.334.967</b>	<b>945.827</b>	<b>433.502</b>	<b>1.273.769</b>	<b>1.010.857</b>
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	206.657	-	-	178.459
PIS	-	-	14.564	-	-	14.894
COFINS	-	-	67.086	-	-	68.602
ISS	-	-	140	-	-	123
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT <sup>(3)</sup>	-	-	(2.496)	-	-	18.867
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	2.564	-	-	2.655
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	86.222	-	-	105.589
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	2.564	-	-	2.655
Taxa de Fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	1.137	-	-	1.020
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>378.438</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>392.864</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>438.915</b>	<b>1.334.967</b>	<b>567.389</b>	<b>433.502</b>	<b>1.273.769</b>	<b>617.993</b>



## Notas Explicativas

- (1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.
- (2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do exercício de 2016 e 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram de R\$12.444 (R\$53.564 em 2015) tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$2.496 em 2016 e repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$ 18.867 em 2015. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado da Companhia em 2016 foi de R\$14.940 (R\$34.697 em 2015).

Para os meses de janeiro a novembro de 2016 e exercício de 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2016	2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(1)	(1.033)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(2)	(1.768)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº1.356 de 4 de maio de 2015)	-	(2.975)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº1.743 de 29 de maio de 2015)	-	(2.904)
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	975	(5.063)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	153	(3.236)
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	13	(1.229)
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	9	(1.261)
Setembro	Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016 (Nº 3607 de 29 de outubro de 2015)	7	(85)
Outubro	Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016 (Nº 3887 de 01 de dezembro de 2015)	8	1.005
Novembro	Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016( Nº 007 de 05 de janeiro de 2016)	716	(82)
Dezembro	Valores de 2016 foram estimados, enquanto 2015 foram homologados pelo Despacho nº 265 de 01 de fevereiro de 2016.	618	(236)
<b>Total</b>		<b>2.496</b>	<b>(18.867)</b>

## 22. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administ.	2016	2015
Energia elétrica comprada para revenda	275.293	-	-	-	275.293	268.873
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	47.228	-	-	-	47.228	51.849
Pessoal e administradores	-	25.615	37	20.344	45.996	40.925
Entidade de previdência privada	-	114	-	491	605	583
Material	-	2.868	156	3.067	6.091	4.900
Serviços de terceiros	-	31.757	2	33.897	65.656	61.673
Depreciação e amortização	-	27.236	-	3.893	31.129	25.832
Provisão e reversão p/créditos de liquidação duvidosa	-	2.821	-	-	2.821	1.627
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(605)	-	-	(605)	4.776
Custo de construção	-	-	51.176	-	51.176	66.967
Outras	-	778	-	5.821	6.599	8.285
	<b>322.521</b>	<b>90.584</b>	<b>51.371</b>	<b>67.513</b>	<b>531.989</b>	<b>536.290</b>

## Notas Explicativas

### Energia Elétrica comprada para revenda

	MWh (***)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2016	2015	2016	2015
Energia de Itaipú - Binacional	286.072	267.478	61.643	72.514
Energia de leilão	234.882	218.212	42.188	41.822
Energia bilateral	575.399	634.283	132.482	148.386
Cotas de Angra REN 530/12	47.852	48.996	9.645	8.203
Energia de curto prazo - CCEE (**)	-	16.364	22.516	17.435
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória ANEEL 1410 - Anexo I	345.600	243.434	21.640	7.842
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	30.660	29.535	12.463	8.808
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(11.534)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(27.284)	(24.603)
<b>Total</b>	<b>1.520.465</b>	<b>1.458.302</b>	<b>275.293</b>	<b>268.873</b>

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$11.534.

Os valores referentes ao Despacho de março de 2015, foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(\*\*) No exercício a Companhia não realizou operação de compra de energia em MWh, entretanto inclui nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu.

(\*\*\*) Não auditado pelos auditores independentes.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 23. Outros resultados

	2016	2015
Outras receitas:		
Ganhos na alienação/desativação	2.221	1.721
Outros	66	1.012
	<b>2.287</b>	<b>2.733</b>
Outras despesas:		
Perdas na alienação/desativação	(3.946)	(4.993)
Outros	(1.845)	(909)
	<b>(5.791)</b>	<b>(5.902)</b>
<b>Total</b>	<b>(3.504)</b>	<b>(3.169)</b>



## Notas Explicativas

### 24. Receitas e despesas financeira

	2016	2015
Receita de aplicações financeiras	11.225	3.241
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	9.784	8.005
Juros - ativo financeiro setorial	3.855	832
Juros Selic s/ impostos a recuperar	4.391	212
Receita financeira - contas a receber AES SUL	5.275	-
Tributos s/ receitas financeiras	(2.055)	(1.013)
Outras receitas financeiras	4.100	3.424
<b>Total receita financeira</b>	<b>36.575</b>	<b>14.701</b>
Encargos de dívidas - juros	(24.251)	(28.212)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	33.618	(84.365)
(-) Transferência para ordens em curso	940	2.099
Marcação a mercado da dívida	(6.371)	2.374
Marcação a mercado derivativos	4.318	(1.626)
Instrumentos financeiros derivativos	(56.566)	63.577
Ajuste a valor presente	105	(160)
Comissão de aval	(5.051)	(5.180)
Despesa de IOF/Bancárias	(1.595)	(2.577)
Atualização de contingência	(757)	(701)
Juros passivos financeiro setorial	-	(122)
Atualização PEE e P&D	(89)	(114)
Juros/multa	(1.149)	(789)
Outras despesas financeiras	(4.777)	(7.348)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(61.625)</b>	<b>(63.144)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(25.050)</b>	<b>(48.443)</b>

### 25. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2016	2015
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores:	4.389	24.951
Média ponderada das ações	562.398	477.236
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$(*)</b>	<b>7,80</b>	<b>52,28</b>

(\*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

### 26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

## Notas Explicativas

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2016	2015
Risco Operacional	07/11/2017	38.000	178	160
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2017	50.600	107	117
Frota - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2017	Até R\$360 / veículo	87	74
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2017	63.185	174	166
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2017	50.000	22	27
			<b>568</b>	<b>544</b>

(\*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/2016.

### Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente e total por doença e auxílio funeral de seus empregados.

### Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)

Apólice de seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os Segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados decorrentes de atos de sua gestão.

## Notas Explicativas

### 27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	2016		2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	75.851	75.851	51.414	51.414
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	67.275	67.275	38.400	38.400
Consumidores e concessionárias	2	122.244	122.244	118.866	118.866
Conta a receber da concessão	3	12.075	12.075	9.091	9.091
Ativo financeiro setorial	3	41.911	41.911	52.136	52.136
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.098	16.098	41.140	41.140
PASSIVO					
Fornecedores	2	53.533	53.533	52.611	52.611
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	2	333.547	333.668	360.604	360.784
Passivo financeiro setorial	3	39.725	39.725	28.056	28.056
Instrumentos financeiros derivativos	2	28.341	28.341	11.650	11.650

#### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício de R\$7.250 (R\$20.788 em 2015), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 2016 e 2015, estão identificadas a seguir:

#### Não derivativos - classificação e mensuração

##### Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

## Notas Explicativas

### Aplicações financeiras avaliadas a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo "swap" (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de "hedge" de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a

## Notas Explicativas

descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de "swap" são designados e efetivos como "hedge" de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o "hedge" foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$4.652, positivo de R\$5.232 em 2015, reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo semestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo "swap" para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo ("Fair Value Option") tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os "swaps" quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como "Fair Value Option" foi impactado em R\$1.719 (R\$2.858 em 2015) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de "swap" de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Notas Explicativas

### Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2016	2015
Dívida (a)	333.547	360.604
Caixa e equivalentes de caixa	(75.851)	(51.414)
<b>Dívida líquida</b>	<b>257.696</b>	<b>309.190</b>
Patrimônio líquido (b)	267.785	198.184
Índice de endividamento líquido	0,96	1,56

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia. Em 2015, inclui e os recursos destinados ao futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

#### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	52.789	-	-	-	744	53.533
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	15,16%	36.575	121.274	186.496	33.579	2.738	380.662
<b>Total</b>		<b>89.364</b>	<b>121.274</b>	<b>186.496</b>	<b>33.579</b>	<b>3.482</b>	<b>434.195</b>

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

## Notas Explicativas

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2015
Caixa e equivalente de caixa	5	75.851	51.414
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	67.275	38.400
Consumidores e concessionárias	6	122.244	118.866
Ativo financeiro setorial líquido	9	2.186	24.080
Conta a receber da concessão	13	12.075	9.091
Instrumentos financeiros derivativos	27	16.098	41.140

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 com queda de 16,5% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2591/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2016 era de 14,4%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2016, de R\$333.945 (R\$360.723 em 2015), R\$237.673 (R\$182.195 em 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até variação cambial + 5,43% ao ano e possuem vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em maio de 2019.

O balanço patrimonial apresenta em 31 de dezembro de 2016 no ativo circulante o montante de R\$ 11.924 (R\$1.743 em 2015), o montante de R\$4.174 (R\$39.397 em 2015) no ativo não circulante, R\$27.418 (R\$9.877 em 2015) no passivo circulante e R\$923 (R\$1.773 em 2015) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	16.450	VC + (Libor + 1,36%) x 117,65%	113,90% CDI	28/09/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.345	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	12.903	VC + 7,79%	CDI + 3,95%	08/09/2017	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.200	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option



## Notas Explicativas

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	140.802	60.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(137.797)	(67.075)
<b>Posição Ativa</b>					
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	137.797	67.075
Swap Cambial (Derivativo)	140.802	60.000	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(162.869)	(67.106)
<b>Posição Líquida Swap</b>				<b>(25.072)</b>	<b>(31)</b>
<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>				<b>(162.869)</b>	<b>(67.106)</b>

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2016	2015		2016	2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	85.339	85.339	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(99.876)	(115.119)
<b>Posição Ativa</b>					
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	101.852	118.473
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	85.339	85.339	<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(89.022)	(88.953)
<b>Posição Líquida Swap</b>				<b>12.830</b>	<b>29.520</b>
<b>Posição Líquida Dívida + Swap</b>				<b>(87.046)</b>	<b>(85.599)</b>

(\*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 2016 e 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas



## Notas Explicativas

diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável (*))	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(239.648)		(247.449)	(321.349)	(400.075)
Variação Dívida	-		(7.801)	(81.701)	(160.427)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	239.648		247.449	321.349	400.075
Variação - USD e LIBOR	-	Alta US\$	7.801	81.701	160.427
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(251.891)		(251.891)	(251.891)	(251.891)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(12.243)</b>		<b>(4.442)</b>	<b>69.458</b>	<b>148.184</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(251.891)</b>		<b>(251.891)</b>	<b>(251.891)</b>	<b>(251.891)</b>

(\*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 251.891, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R\$ 251.891 em ambos os casos.

## Notas Explicativas

### b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 14,00% TJLP = 7,50% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	138.636	Alta CDI	16.026	20.033	24.039
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(251.891)	Alta CDI	(29.119)	(36.399)	(43.679)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(21.755)	Alta CDI	(2.515)	(3.144)	(3.773)
	(39.510)	Alta TJLP	(2.963)	(3.704)	(4.445)
	(12.559)	Alta SELIC	(1.452)	(1.815)	(2.178)
Subtotal (**)	(325.715)		(36.049)	(45.062)	(54.075)
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(187.079)</b>		<b>(20.023)</b>	<b>(25.029)</b>	<b>(30.036)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2017 11,56 % ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2016, TJLP 7,50% ao ano e Selic 11,56%.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$8.230

## 28. Benefícios a empregados

### • Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se os ativos líquidos do plano são suficientes para garantir os compromissos atuariais.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit atuarial	
		2016	2015		2016	2015
Energisa MG	CD	611	594	1,20	-	-
Energisa MG	BD	-	-	-	2.167	370

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário independente.

A seguir está demonstrada a posição atuarial relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido (BD), em 2016 e 2015, de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 33 R1 (IAS 19), tendo sido adotado Método Prospectivo:

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais	(2.017)	(2.363)
Valor justo dos ativos do plano	4.184	2.733
<b>Ativo líquido</b>	<b>2.167</b>	<b>370</b>

## Notas Explicativas

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício de 2016 e 2015:

	2016	2015
Ativo atuarial líquido no início do exercício	370	303
Despesas correntes	49	34
Outros resultados abrangentes	1.748	
Efeitos remensurações reconhecidas em outros resultados abrangentes	-	33
Ativo atuarial líquido do final do exercício	<u>2.167</u>	<u>370</u>

Os ativos dos planos são como segue:

	2016	2015
Cotas de fundos de renda fixa	4.171	2.323
Cotas de fundos de renda variável	13	410
	<u>4.184</u>	<u>2.733</u>

Em 2016 e 2015, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2016	2015
Valor justo dos ativos no início do exercício	2.733	1.817
Benefícios pagos	(159)	(201)
Rendimento efetivo dos ativos	351	193
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	1.259	924
Valor justo dos ativos	<u>4.184</u>	<u>2.733</u>

Demonstração do valor presente das obrigações no exercício de 2016 e 2015.

	2016	2015
Saldo no início do exercício	2.363	1.514
Benefícios pagos no ano	(159)	(201)
Juros sobre obrigação atuarial	301	160
(Perdas) nas obrigações atuariais	(488)	890
Saldo no final do exercício	<u>2.017</u>	<u>2.363</u>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

### Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	6,10% a.a
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11.94% a.a (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	0% a.a.
Crescimento salarial	3% a.a.
Inflação projetada	5,5% a.a

### Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 85
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Média)

## Notas Explicativas

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa MG aos seus empregados:

Descrição	2016
Participantes Assistidos:	
Número	4
Idade Média	80
Benefício Médio Mensal	R\$1,807
Pensionistas:	
Número de Pensionistas	18
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,279

- **Prêmio aposentadoria**

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$4.475 (R\$2.376 em 2015) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$898 (R\$633 em 2015) e no não circulante R\$3.577 (R\$1.743 em 2015).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2016	2015
Valor justo dos Ativos no início do ano	2.208	2.306
Ganhos (perdas) dos ativos	(2.183)	2.058
Retorno esperado dos ativos do plano	233	155
Benefícios pagos	(258)	(2.311)
<b>Valor Justo dos Ativos no final do ano</b>	<b>-</b>	<b>2.208</b>

	2016	2015
Valor presente das obrigações atuariais	4.475	4.584
Valor justo dos ativos do plano	-	(2.208)
<b>Passivo atuarial líquido a ser provisionado</b>	<b>4.475</b>	<b>2.376</b>

Conciliação do valor presente das obrigações em 2016 e 2015.

	2016	2015
Valor presente das obrigações no início do ano	4.584	4.239
Benefícios pagos	(259)	(2.311)
Juros sobre obrigação atuarial	552	220
Custo do serviço corrente (com juros)	315	182
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(717)	2.254
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>4.475</b>	<b>4.584</b>

## Notas Explicativas

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2016	2015
Passivo atuarial líquido no início do ano	2.376	1.932
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	633	302
Outros resultados abrangentes	1.466	142
Passivo atuarial líquido no final do ano	4.475	2.376

Demonstração das despesas para o exercício de 2017 e 2016, segundo critérios do CPC 33 R1 (IAS 19):

	2017	2016
Custo do serviço corrente (com juros)	393	314
Juros sobre as obrigações atuariais	505	552
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(233)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	898	633

Uso de estimativa: Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

- **Plano de saúde**

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as despesas com esse benefício foram de R\$ 1.286 (R\$1.136 em 2015).

## 29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*)						
Vigência	2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021
2017 a 2048	227.178	233.710	245.751	235.853	240.172	4.162.420

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final do exercício de 2016 e foram homologados pela ANEEL.

## Notas Explicativas

A Companhia efetuou análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado a Administração sensibilizou os resultados e não foram considerados significativos para suas operações.

### 30. Meio ambiente

---

A Energisa Minas Gerais trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2016, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$16.545 (R\$25.879 em 2015), sendo R\$13.957 (R\$24.754 em 2015) alocados no ativo imobilizado e R\$2.588 (R\$1.126 em 2015) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram auditadas pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 31. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2016	2015
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	76	338.073
Contas a receber da concessão - ativo financeiro indenizável da concessão	3.395	20.078
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	3.104	2.090
Dividendos a pagar - transferência para aumento de Capital	-	14.396
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	3.104	2.090
Aquisição de intangível com pagamento de recursos FINAME	-	2.473
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos para aquisição de equipamentos FINAME	-	2.473
Aumento de capital com dividendos a pagar	-	14.396

### 32. Eventos subsequentes

#### (1) Recebimentos de parcelas do subcréditos - BNDES

Em 23 de janeiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto ao banco Itaú, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento, no montante de R\$4.729.

Em 20 de fevereiro de 2017, foram liberadas parcelas do subcrédito constantes do contrato de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR, junto ao banco Itaú, referente à 1ª tranche do programa do Acordo de Investimento, no montante de R\$2.724.

#### (2) Bandeiras tarifárias

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Amarela para o mês de março 2017, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Com a vigência dessa bandeira, as faturas de energia observarão um adicional de R\$ 2,00 a cada 100 kWh de consumo. Esse adicional já considera a revisão promovida pela Agência, ocorrida em fevereiro último, quando na bandeira amarela o adicional sofreu um acréscimo de 33%, passando de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 a cada 100kWh de consumo; na bandeira vermelha-patamar 2 o adicional sofreu uma redução de 22%, passando de R\$ 4,50 para R\$ 3,50 a cada 100kWh consumidos."



## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A.

Cataguases - MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

“Principais assuntos de auditoria” são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Reconhecimento de receita - fornecimento de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nos 3.2 e 21 às demonstrações financeiras, o faturamento da energia elétrica que compõe a receita da Companhia é volumoso e pulverizado, o que resulta na dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização das quantidades de energia faturadas deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor. Concluído o processamento do faturamento, a adequação do registro contábil depende da correta integração entre os sistemas de faturamento e contábil. A finalização do processo de reconhecimento da receita ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Administração em relação a parcela da receita de fornecimento de energia no mês, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com regime de competência.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo de reconhecimento de receita incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos sobre o faturamento e a receita, envolvendo nossos especialistas de Tecnologia da Informação; realização de procedimentos de análise de variação dos saldos; teste de valorização da receita, confrontando com as expectativas geradas a partir de nosso conhecimento da indústria; testes de amostragem, confrontando as informações do faturamento com os dados de consumo individual e tarifas aprovadas pelo Órgão Regulador; e teste da integridade entre os sistemas de faturamento e contábil.

#### Provisão para riscos e passivos contingentes

A Companhia possui diversos processos e/ou questionamentos fiscais, cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob controle da mesma (nota explicativa nº 19). Devido a razões diversas, algumas dessas disputas podem não estar corretamente avaliadas, quantificadas ou adequadamente registradas. A administração em conjunto com seus assessores jurídicos precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, consolidadas e integradas com a contabilidade.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo a provisão para riscos e passivos contingentes incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos processos e/ou questionamentos em curso; verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia com as respostas dos advogados; discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; teste da totalização dos processos e/ou questionamentos que compõem a provisão para riscos; e revisão das informações incluídas na divulgação dos passivos contingentes nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

## Instrumentos financeiros derivativos

Conforme nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações significativas com instrumentos financeiros derivativos, que visam, principalmente, a proteção contra a oscilação nos empréstimos e financiamentos pelas taxas de câmbio e juros. Devido à complexidade do processo de valorização e marcação a mercado, incluindo a metodologia e premissas, existe o risco significativo de que os valores atribuídos a esses instrumentos financeiros derivativos não estejam corretamente quantificados e apresentados nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento do risco significativo relativo aos instrumentos financeiros derivativos incluíram, dentre outros, o seguinte: avaliação dos controles internos; envio de confirmação independente para as instituições financeiras; seleção de transações individuais para teste, incluindo o confronto das informações utilizadas nos cálculos com os respectivos contratos; utilização de especialistas internos para revisão das premissas utilizadas pela administração na valorização dos instrumentos financeiros derivativos e reexecução dos cálculos; e revisão das informações sobre os instrumentos financeiros derivativos divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

## Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia reclassificou certas transações que resultaram na representação das demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, não abrange o relatório da administração e o balanço social e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estarem distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não se aplica à Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 23 de março de 2017.

Eduardo Alves Mantovani

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas

Fernando Lima Costalonga

Diretor Comercial e de Distribuição

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 23 de março de 2017

Eduardo Alves Mantovani

Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Gustavo Nasser Moreira

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretor de Gestão de Pessoas

Fernando Lima Costalonga

Diretor Comercial e de Distribuição